

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Milena Silvester Quadros

LIDERANÇAS EMPRESARIAIS E LIDERANÇAS POLÍTICAS: Estratégias de
Ação em Políticas de Desenvolvimento Regional

Porto Alegre

2008

Milena Silvester Quadros

**LIDERANÇAS EMPRESARIAIS E LIDERANÇAS POLÍTICAS: Estratégias de
Ação em Políticas de Desenvolvimento Regional**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre Sociologia.

Porto Alegre

2008

MILENA SILVESTER QUADROS

**LIDERANÇAS EMPRESARIAIS E LIDERANÇAS POLÍTICAS: Estratégias de
Ação em Políticas de Desenvolvimento Regional**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre Sociologia.

Porto Alegre, _____ de ____ novembro ____ de 2008.

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Fernanda Rios Petrarca
IFCH/UFRGS

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira
ISP/UFPEL

Prof. Dr. Álvaro Luis Heidrich
PPGGEIO/UFRGS

Dedicada aos meus filhos, Olivia e Davi.

AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos em que esse trabalho foi presença constante em minha vida, muitas pessoas se mostraram fundamentais para que pudesse chegar a sua finalização. A essa lista interminável de pessoas que conviveram comigo e puderam compartilhar as alegrias e as angústias inerentes à realização de um trabalho de mestrado, meus agradecimentos sinceros.

Agradeço ao meu orientador, José Carlos dos Anjos, pelo conhecimento, disponibilidade e paciência a mim concedidos. À minha tia Mara, por acreditar sempre que este seria um sonho possível, apesar dos imprevistos que a vida nos coloca. À minha 'mana' Adriana, que, compartilhando comigo as peculiaridades da família moderna, sempre me ajudou e incentivou. Agradeço aos meus amados filhos Davi e Olivia pela inesgotável paciência com a mamãe. À minha querida mãe, sem a qual nenhuma vitória seria possível. Ao meu irmão Juliano, somente por existir e me proporcionar a agradável sensação de carinho e afeto. Ao meu sobrinho Antonio, pela compreensão em ter convivido com uma tia 'desnaturada'. E, a todos àqueles amigos que são presentes ou que passaram por mim ao longo desses dois anos, em especial Maira, Jaqueline, Silvana e Sérgio.

Esta dissertação não teria sido possível sem a disponibilidade das pessoas que participam do movimento empresarial, de parlamentares e secretários de governo. Agradeço a todos aqueles que, apesar dos compromissos, reservaram um tempo para me relatar algo a respeito de seus conhecimentos.

Durante um período da redação dessa dissertação beneficiei-me com uma bolsa de estudos para mestrandos. Ao CNPQ agradeço o apoio financeiro. Agradeço, ainda, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e às meninas da secretaria.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado é um estudo a respeito das práticas que engendram políticas públicas de desenvolvimento no estado do Rio Grande do Sul. A partir da investigação de um movimento criado pelos empresários, trata-se de desvendar a complexa trama que vincula as principais lideranças empresariais entre si, e, essas a autoridades governamentais. Examina-se o caminho percorrido desde a construção, elaboração de demandas, até o encaminhamento ao setor público das políticas do setor. Objetiva-se, por fim, analisar as concepções específicas de desenvolvimento que estão associadas ao processo de construção das referidas políticas.

Palavras-chave: Políticas de desenvolvimento, Lideranças empresariais e políticas, Vínculos sociais, Referencial.

ABSTRACT

The present master thesis is a study of the practices which engender public development policies in the State of Rio Grande do Sul. Through the investigation of a movement formed by entrepreneurs, this work tries to unravel a complex business affair which ties the main business leadership among them and those governmental authorities. This work also examines the procedure from the construction and elaboration of demands, to the guiding to the public sector, as well as the policies of this sector. We aim to analyze the specific conceptions of development which are associated to the process of construction of the referred policies.

Key words: development policies, business leadership, social ties, referential

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Associados da Pólo-RS e suas respectivas instituições de origem	30
Figura 1 – Estudar a retirada do Estado de serviços de mercado	33
Fotografia 1 – Primeiro encontro da Agenda 2020.	37
Fotografia2 – A Agenda 2020 na feira do livro: personagens da sociedade	49
Figura 2 – Sociedade convergente apresentado no documento Mapa Estratégico.....	54
Carta 1 – Convite enviado às instituições para participar da Agenda 2020	63
Esquema 2 – Agentes relevantes na construção de Política de desenvolvimento Econômico e seus vínculos institucionais	64
Esquema 3 – Instituições participantes dos Fóruns Temáticos em 2006/ 2007	66
Fotografia3 – Reunião de apresentação de projeto Agenda 2020 para o governo executivo do estado do RS	68
Figura 3 – Educar para empreender	70
Esquema 3 – Instituições convidadas para participar dos fóruns de Educação da Agenda 2020	71
Fotografia 4 – Yeda Crusius palestrando em um dos fóruns temáticos da Agenda 2020	77

LISTA DE SIGLAS

ACLAME – Associação da Classe Média

AESUFOPE – Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino

ASSESPRO – Associação das Empresas Brasileiras da Tecnologia da Informação, Software e Internet

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CICS – Câmara de Indústria, Comércio e Serviços

CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia

CIEE – Centro de Integração Ensino Escola

CPERGS – Centro do Professores do Estado do Rio Grande do Sul

COREDES – Conselho Regional de Desenvolvimento

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

COPEL – Companhia Petroquímica do Sul

FACPM – Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres

FAMURS – Federação das Associações dos Municípios do RS

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FECOMERCIO – Federação do Comércio

FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do Estado do RS

FIERGS – Federação Industrial do Estado do Rio Grande do Sul

FMSS – Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho

FUNDATEC – Fundação Universidade-Empresa de Tecnologia e Ciência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCERGS – Organização da Cooperativas do Rio Grande do Sul

PGQP – Programa Gaúcho da Qualidade e da Produtividade

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

GEEMPA – Grupo de Estudo sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e ação

SERGS – Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul

SESI – Serviço Social da Indústria

SECJDR – Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social

SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul

SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UGES – União Gaúcha dos Estudantes

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO – Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO TRABALHO	10
2	MOBILIZANDO REFERENCIAIS E COMPONDO REDES DE INTERESSE ECONÔMICO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	15
3	DETERMINANTES HISTÓRICAS DAS AÇÕES POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: breve panorama	
3.1	As articulações necessárias: Pessoas, Associações e Agências empresariais.....	28
3.2	Projetos de Políticas de Desenvolvimento Regional	32
3.3	Notas sobre os vínculos historicamente estabelecidos entre empresários e Estado no Rio Grande do Sul	37
3.4	Mudanças em curso, hegemonização das mediações com o setor público	42
4	TANSPONDO OS LIMITES DA SETORIALIZAÇÃO: vínculos sociais e referencial na construção das políticas de desenvolvimento econômico no Rio Grandes do Sul	
4.1	As primeiras impressões	46
4.2	Redes de reciprocidade e estratégias de ação em políticas de Desenvolvimento econômico regional	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERENCIAIS	84
	APÊNDICE	86
	ANEXOS	88

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Rio Grande do Sul tem sido o cenário de debates e de práticas voltadas à dinamização da economia. O lento processo deficitário, que inclui tanto as atividades agro-pecuárias tradicionais quanto o setor industrial, tem oferecido a tônica para grupos ligados a alguns setores econômicos organizarem-se em torno de projetos de políticas públicas para a revitalização econômica do estado. Segundo dados estatísticos do IBGE¹, o Rio Grande do Sul tem sofrido um declínio em suas atividades economicamente mais relevantes. Isso se verifica na queda da agropecuária (que representou -17,3% em 2005), da indústria de transformação (-4,2%) e na estagnação do setor de serviços em geral (0,2%).

Dentre a série de projetos de políticas públicas que vem sendo acionada para o desenvolvimento, as mais relevantes são o programa “Pacto pelo Rio Grande” que é uma proposta da Assembléia Legislativa, com o apoio de setores empresariais e com o objetivo de construir uma agenda mínima de ações voltadas para o enfrentamento da crise estrutural do Rio Grande do Sul, e a Agenda 2020, um movimento, criado pela Federasul e pela Pólo-RS em articulação com a Assembléia Legislativa, cuja ação imediata consiste na elaboração de um programa comum para o desenvolvimento econômico e social do estado do Rio Grande do Sul.

No contexto de construção desses projetos de políticas de desenvolvimento existe², por um lado, um processo de desarticulação das tradicionais atividades agropastoris e industriais³; e, por outro, um processo inverso de rearticulação das

¹ IBGE. Contas Regionais do Brasil 2002-2005. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/contasregionais2002_2005.pdf

² Com base em relatórios publicados pelo IBGE. Ibidem.

³ O Rio Grande do Sul se caracterizou por um modelo de desenvolvimento regional diversificado que incluía desde a produção agro-pecuária na metade sul (região dos pampas) até a comercial e industrial na metade norte do estado (região metropolitana, serra e missões). Resguardando a especificidade do processo de consolidação econômica das diferentes regiões que compõem o cenário espacial gaúcho, pode-se afirmar, genericamente, que a metade sul se constituiu economicamente a partir da atividade pecuária calcada no grande latifúndio enquanto que a metade norte pela atividade comercial, industrial e agrícola em pequenas e médias propriedades.

atividades econômicas, com a ascensão de novas modalidades, tais como: a indústria de bens de capital, a agroindústria (vinho, laticínios, avicultura), o florestamento, a fruticultura (uva, pêsego, cítricos, figo, tomate). Participando das propostas de políticas públicas, interagem alguns setores ligados às atividades produtivas, como os grandes e médios proprietários de terra vinculados à pecuária estancieira, à lavoura empresarial e à indústria de bens primários, mais intensamente, o empresariado dinâmico, vinculado ao comércio e à indústria de bens de capital; e, ainda, atores políticos, que representam os interesses desses segmentos, tanto na Assembléia Legislativa quanto no Poder Executivo.

A recorrência com que certos agentes sociais se relacionam com a construção das propostas de políticas públicas para o desenvolvimento econômico do estado sugeriu a existência de redes na qual transitam interesses políticos e econômicos de certos setores sociais. O sistema de relações sociais produzidos em torno da composição de projetos de políticas públicas de desenvolvimento foi, portanto, o foco central da presente investigação. Essas relações constituem o ponto de partida da presente investigação e estabelecem os limites no interior dos quais ela é construída. A partir disso, foi possível focalizar, ao mesmo tempo, os laços complexos que se tecem entre as principais lideranças empresariais no RS, autoridades governamentais e pessoas ligadas a outros segmentos sociais; as estratégias empregadas pelos primeiros para inserir suas demandas no setor público; e as concepções específicas de desenvolvimento que parecem estar associadas ao processo de elaboração dos referidos projetos de políticas públicas.

Tendo em vista a séries de proposições apresentadas, o presente estudo tomou como ponto partida uma dimensão particular do funcionamento do sistema econômico e da política: o modo como as pessoas reais interagem para inserir na agenda pública seus projetos particulares de desenvolvimento. Procurou compreender a importância que as redes de contatos pessoais acionadas pelos atores envolvidos adquirem no momento de produção dessas políticas. Para tanto, parti da seguinte hipótese: a

proliferação de propostas de desenvolvimento econômico regional para o estado do Rio Grande do Sul é possível hoje pelo adensamento da trama de relações firmadas entre os empresários de diferentes setores produtivos entre si bem como pela estratégia criada por esses empresários, cuja ação consiste em alargar a base de contatos interpessoais na tentativa de transformar suas propostas de desenvolvimento regional em políticas públicas. Com base nisso, foi constatado, inicialmente, que existe no contexto atual uma coalizão de interesses políticos e econômicos entre os diferentes segmentos empresariais no estado do Rio Grande do Sul, tais como os empresários da agro-pecuária, dos diferentes ramos da indústria e do comércio.

Embora, historicamente, tenham sido criadas várias instituições⁴ representativas dos interesses de empresários, as relações firmadas entre agentes sociais extrapolavam os limites institucionais das entidades por onde circulavam. Assim, foram os contatos interpessoais entre atores que possuem interesses parecidos no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul que compuseram a rede de relacionamentos visualizadas na presente pesquisa. A análise de redes sociais, todavia, permitiu observar que nessas redes compostas para a estruturação de políticas econômicas não se articulavam pessoas com uma formação homogênea. Ao contrário, observei que nas políticas de desenvolvimento estavam sendo acionadas competências individuais e coletivas de diferentes segmentos vinculados à economia de mercado.

Apesar das múltiplas competências em interação nas redes formadas por interesses comuns, procuro mostrar nos capítulos a seguir como a atuação dos

⁴ Algumas delas são a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que surge como a expressão dos interesses de setores da pecuária estancieira e da lavoura empresarial; a Federação Comercial Agrícola (Fecoagro), que fundiu os interesses dos médios e grandes produtores de trigo, arroz e milho (triticultura) – esses fazem a defesa da atividade agrícola integrada à indústria; a Federação Industrial do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) que aparece no cenário gaúcho como representante da indústria, desligada das atividades primárias; a Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul (Federasul) como representação de empresários de comércio; recentemente, com expressão significativa e articulação direta com o estado, surge a Agência de Desenvolvimento Pólo RS, uma organização não-governamental que expressa uma espécie de síntese do interesse econômico dos empresários gaúchos; além do Estado, com a articulação de deputados, secretários e governador.

empresários está marcada por certa concepção a respeito do que seja a atividade econômica e, em especial, o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Concepção esta que tende a dar destaque a um tipo gerencial de organização das instituições sociais, inclusive as instituições públicas. Observa-se, nesse sentido, ao longo do trabalho, uma análise das segmentaridades, ou seja, dos aspectos enraizados implicados no processo de construção dos projetos de políticas públicas (grupos de interesse que compartilham uma visão de mundo). Todavia, existe, também, a análise dos agenciamentos, das situações, das estratégias em momentos de ação, ou seja, da multiplicidade de encontros que se realizam em torno da temática do desenvolvimento econômico para o estado.

Com a intenção de visualizar a trama de relações que permite a estruturação de um programa amplo de desenvolvimento, estive presente em diversos encontros organizados pelos empresários e pessoas vinculadas aos programas de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Além da participação nos eventos destinados a debater os referidos projetos, foram realizadas entrevistas, a fim de confirmar algumas constatações já percebidas nas etnografias realizadas. Também recorri, quando necessário, a documentos disponibilizados pelas diferentes instituições pesquisadas.

Foi durante os anos de 2006 e 2007 que estive presente nas reuniões organizadas pelas instituições promotoras dos planos de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Nessas reuniões pude avaliar como os atores a elas vinculados interagem e mobilizam estratégias de ação para consolidarem seu projeto de desenvolvimento e conseqüentemente pôr em prática aquilo que colocam como o objetivo de seus programas: ‘disseminar’/‘marcar’ na ‘comunidade’ gaúcha sua ‘visão de mundo’. Dentre essas reuniões, cito as conferências públicas, os fóruns temáticos de desenvolvimento e as reuniões/almoço da FEDERASUL. A maior parte dos encontros foram realizados na capital, Porto Alegre, e, eventualmente, compareci a encontros organizados em cidades do interior, como Pelotas e Gramado.

A princípio, busquei saber dos encontros através da mídia (internet, rádio, jornal), mas aos poucos fui obtendo respaldo da comunidade de empresários, os quais me incluíram como uma possível 'colaboradora' dos projetos de desenvolvimento para o estado, principalmente por estar vinculada à UFRGS. A partir dessa inclusão a participação nos eventos foi facilitada, pois passei a receber e-mails com os locais e as datas das reuniões. A inclusão na lista dos participantes dos projetos foi importante principalmente porque me permitiu ter acesso às reuniões internas organizadas pelos empresários da ONG Pólo-RS. Muitos desses encontros não tem divulgação na mídia, pois tratam-se de reuniões fechadas, orientadas para criar estratégias de ação e de disseminação dos programas de desenvolvimento econômico e social.

O trabalho que segue está dividido em três capítulos. O primeiro trata das matrizes de referência que ofereceram subsídios teóricos à presente investigação empírica. O segundo capítulo é um levantamento histórico a respeito das possibilidades abertas pelos últimos acontecimentos no plano político-burocrático, que levaram a um reordenamento nas formas de gestão estatal, e de como essas mudanças foram absorvidas e reinterpretadas à luz dos problemas práticos vividos pelos segmentos empresariais no Brasil. Esse capítulo pareceu, inicialmente, como que deslocado do conjunto do trabalho, uma vez que o foco foi dado nas relações em âmbito nacional. No entanto, achei pertinente realizar esse exercício na medida em que muitas possibilidades de organização, inserção da sociedade nos órgãos governamentais, principalmente via políticas públicas, bem como o alargamento das formas de ação de certos setores, foram abertas pela conjuntura nacional e internacional inaugurada pela apropriação feita por pessoas ligadas a setores da economia de mercado da política econômica neo-liberal. O terceiro, e último capítulo, tratam dos dados empíricos propriamente ditos. Nesse capítulo são apresentadas as impressões recolhidas no trabalho de campo, recorrendo a gráficos e a documentos disponibilizados pelos atores pesquisados para a verificação do problema de pesquisa.

2 MOBILIZANDO REFERENCIAIS E COMPONDO REDES DE INTERESSE ECONÔMICO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A partir dos primeiros dados recolhidos no trabalho de campo percebi que algumas pessoas envolvidas no movimento de construção de políticas de desenvolvimento econômico para o Rio Grande do Sul tendiam a partilhar certa concepção a respeito dos significados que envolviam a atividade econômica e política. Essa especificidade do objeto de estudo permitiu acionar o conceito de referencial utilizado por Pierre Muller (1995) para pensar políticas públicas. Enquanto estrutura de significados, esse conceito possibilitou apreender os interesses que estão em jogo e as normas postas em ação pelos agentes envolvidos no processo de construção das políticas de desenvolvimento. Concordando com aquele autor, para boa parte das políticas públicas há um referencial, ou seja, um grupo portador de uma visão de mundo a partir da qual é acionado um processo de produção de sentido.

Ao freqüentar os encontros organizados pelos empresários, entrar em contato com as idéias defendidas por eles publicamente, observar a maneira de se comportarem e comunicarem, foi possível observar que as pessoas que vêm elaborando os projetos de políticas públicas compartilham matrizes normativas a partir das quais são estruturados sistemas de interpretação da realidade. Explorar as matrizes de referência a partir das quais os empresários estão construindo o conjunto de conceitos que os orienta no processo de consolidação de seus projetos de desenvolvimento, nesse sentido, foi fundamental para visualizar o lugar de onde as pessoas falavam.

Uma das implicações da existência de matrizes cognitivas ou normativas na construção de políticas públicas, partilhadas por certo número de pessoas, é a de alimentar junto aos agentes sociais um sentimento subjetivo de pertença. Um exemplo pode ser oferecido pelo estudo de Heidrich (2000), que apresentou uma análise dos componentes identitários que configuraram o reordenamento do campo de poder no Rio Grande do Sul durante a passagem dos interesses vinculados ao setor

agropecuário (estância pastoril, lavoura moderna e cooperativas, agroindústrias, etc.) para os interesses vinculados à chamada indústria dinâmica. No processo de reconstrução do domínio do estado pelas elites econômicas houve, segundo o autor, um processo de reestruturação do poder, efetuado pelo deslocamento de uma fração da classe dominante para outra. Essa reestruturação do campo de poder foi acompanhada por construções representacionais, mediante as quais se interpôs referências culturais ou simbólicas.

Segundo Heidrich, a identidade regional e o regionalismo, normalmente evocados pela elite gaúcha através de uma memória coletiva, “produz a convergência de interesses para aquilo que lhe é próprio: como a pecuária, a lavoura moderna ou a indústria regional” (HEIDRICH, 2000, p. 148). Em diversas publicações da Farsul, por exemplo, fica evidente, segundo o autor, o esforço dos agropecuaristas em definir a identidade do grupo a partir das atividades históricas das quais mantêm vínculos. Desse ponto de vista, o jornal *Sul Rural* editado pela Federação Rural do Rio Grande do Sul por diversas vezes tentou definir a identidade dos homens ligados a essas atividades:

Vejo e saúdo nesta gente que nos propicia, proprietários e peões, legítimos descendentes de “Blau Nunes” e “Bibiana” [...] Gente que com a criação e lavoura trouxe a indústria a esse estado. Primeiro com as charqueadas que já em 1907 [...] sediava a 7º indústria brasileira em volume de capital. Na década de 30 o Brasil processou petróleo cru pela primeira vez na Destilaria Riograndense em Uruguaiana; petróleo que chegava da Argentina em barcas navegando pelo Rio Uruguai. E o capital dessa inovadora e importante indústria veio da pecuária. (*Sul Rural*, 28 de setembro de 1995. Citado em HEIDRICH, 2000 p. 161)

O conceito de referencial se torna bastante pertinente no contexto da presente investigação na medida em que contribui para a explicação da dimensão identitária presente no processo de elaboração e encaminhamento das políticas tratadas nesse estudo. Assim, de acordo com Muller (1995), no processo de construção de um referencial, o que está em jogo não são apenas idéias abstratas, mas a própria

existência dos grupos em questão enquanto atores, por meio da imagem que concebem do seu lugar no mundo, buscando fazer com que seja aceita.

Ao salientar o aspecto significativo presente nos programas de desenvolvimento acionado pelos grupos econômicos, foi avaliado sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento, responsável por certo consenso a respeito dos significados do mundo, e de instrumento de poder, capaz de legitimar uma ordem social. Pois, no tocante ao processo de construção dos programas de desenvolvimento, entendo que algumas pessoas reúnem essas duas qualidades, uma vez que são portadoras de esquemas consensuais a respeito do sentido da atividade econômica e política e de posições privilegiadas para legitimação da ordem econômica em construção.

Todavia, como veremos adiante, o estudo dos aspectos significativos não permitiu por si só apreender a complexidade do processo de consolidação das políticas de desenvolvimento econômico para o estado do Rio Grande do Sul. Para fazê-lo foi preciso debruçar-se sobre o fluxo da ação social. A observação dos aspectos identitários presentes no processo de concepção das políticas de desenvolvimento só foi possível no contexto das relações de interdependência estabelecidas entre os empresários de diferentes setores produtivos entre si e entre esses e autoridades governamentais, em virtude do encaminhamento de suas demandas ao setor público. Argumento, que é no contexto dessas relações que pude compreender o referencial compartilhado pelos agentes sociais no processo de elaboração daquelas políticas.

Ao alargar o horizonte de análise – circunscrito aos aspectos identitários contidos na ação pública – avalio as políticas de desenvolvimento econômico para além de uma ordenação coerente através de um único grupo de *status*. Vemos, nesse sentido, que na cena em questão concorrem diferentes empreendedores econômicos e políticos.

Concordo com Muller e Surel (2002) quando afirmam que a existência de uma matriz cognitiva e normativa é fonte de fronteiras que constituem um grupo e/ou uma organização, mas, também, que “ela está igualmente na origem dos modos de articulação e de passagem dessas ‘clausuras’ que permitem aos defensores do referencial, ou visão de mundo, pensar em relação a um conjunto mais vasto” (2002 p. 49). A construção do objeto de pesquisa partindo de uma metodologia de rede social permitiu visualizar a multiplicidade de atores que vem interagindo em uma mesma política econômica.

Na rede formada pelas interações entre diversos agentes sociais, no curso da qual se relacionam disposições distintas – além de uma multiplicidade de agenciamentos – o conceito a ser mais bem utilizado para a presente pesquisa foi o de “quase-grupos” desenvolvido por Adrian C. Mayer (1987), cuja abrangência ultrapassa os critérios de uniformidade que fundamentam as interações. Uma das modalidades de “quase-grupo” distinguida por Mayer (1987) são os “quase-grupos” interativos. Esses, apesar de possuírem certo grau de organização, se caracterizam por conjuntos de indivíduos em interação. As interações nessa categoria, de acordo com o autor, ocorrem em um conjunto-de-ação, ou em uma série de conjuntos-de-ação.

As interconexões realizadas nos conjuntos-de-ação são perpassadas por um conteúdo comum. No estudo realizado por Adrian Mayer (1987), apesar de o conjunto-de-ação envolver uma grande variedade de bases para a formação das interconexões (parentesco, partido político, seita religiosa) o conteúdo segundo o autor era sempre o mesmo: a busca de apoio político ao candidato. Nessa lógica,

[...] os conjuntos-de-ação desse tipo são formados por conexões derivadas de muitos campos sociais; mas, por serem criação do ego visando a um objetivo, esse propósito confere às conexões um traço comum, sem o qual o conjunto-de-ação não poderia ser classificado como quase-grupo. (MAYER, 1987, p. 139)

O conceito de conjunto-de-ação como parte da rede social mais abrangente foi adequado para a presente investigação na medida em que permitiu avaliar como está ocorrendo a relação entre agentes de diferentes segmentos sociais em torno de um conteúdo comum: nesse caso, o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

Esse conteúdo comum aludido por Mayer vai ao encontro da construção pelos atores sociais de matrizes paradigmáticas de políticas públicas, definida por Yves Surel (1997). Os atores sociais, ao definir um problema e colocá-lo na agenda, determinam a matriz paradigmática que estrutura e legitima as relações e ações dos agentes envolvidos. Essas abordagens colocam em destaque as dimensões cognitivas e normativas da ação nas redes de políticas públicas.

Desse ponto de vista, a determinação de identidades⁵ sugeriu apenas a existência relativa de consensos acerca dos significados da ação econômica e política. As redes sociais, ou os conjuntos-de-ação, como conceito e como uma das metodologias de pesquisa, permitindo transpor a convergência de interesses dos limites de grupos e de categorias, possibilitou ampliar a esfera de análise incluindo não somente os diversos “grupos” em interação, mas também os agenciamentos e os encontros não estruturados.

Por essa razão, concordo com Barnes (1987), em argumentação análoga a de Mayer (1987), quando afirma que “as conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes.” (BARNES, 1987 p. 163) E, inclusive, quando

⁵ A crítica dirigida por Jeremy Boissevain (1987) tanto à sociologia quanto à antropologia é interessante sobre esse aspecto, uma vez que salienta a preocupação dominante nessas disciplinas “com o estudo da sociedade como um sistema de grupos permanentes, composto de *status* e papéis sociais, apoiados por um sistema de valores e sanções conexas que operam na manutenção do sistema em equilíbrio”. (1987, p. 198) Esse tipo de abordagem não permite apreender as relações sociais em seu fluxo contínuo. Segundo Boissevain (1987), as relações construídas pelos indivíduos não podem ser sempre descritas em termos de normas, pois muitas interações são transações, alianças pessoais mutáveis, que, muito embora, algumas se tornem permanentes, “não são grupos corporados perpétuos” (BOISSEVAIN, 1987, p. 199).

sugere que embora haja outras maneiras de se descobrirem grupos sociais, “o conceito de rede é indispensável na discussão referente àquelas situações onde, por exemplo, o indivíduo está envolvido em relações interpessoais que transpassam as fronteiras da vila, subcasta e linhagem” (BARNES, 1987 p. 163).

A rede social, segundo os autores acima citados, pode ser útil no exame de vários tipos de situações sociais. Nesse caso, sua apropriação foi feita para estudar os processos de construção de políticas públicas e as tentativas, realizadas por grupos de interesse econômico, de inserção dessas políticas na agenda pública. Mapear as redes sociais, ou os conjuntos-de-ação, que se configuram em torno desses processos, possibilitou enxergar os vínculos sociais que unem os atores uns aos outros e que oferecem a base para a estruturação de programas de políticas públicas. Nesse sentido, esses vínculos sociais puderam ser entendidos, em acordo com a afirmação de Barnes (1987), como a matéria prima da política, na medida em que foi a trama de relações existentes entre as pessoas estudadas que sustentaram a ação empresarial.

Os resultados da ação pública puderam ser entendidos, assim, como intermediados por relações sociais, sendo elas muitas vezes laços pessoais. A utilização dos contatos primários que vinculam empresários entre si, bem como esses a agentes governamentais, ofereceu a base para obtenção de vantagens junto ao setor público. No tocante à natureza das relações firmadas entre as várias pessoas que interagem nas redes sociais foi possível, dessa forma, transcender as relações exclusivamente institucionalizadas e formais que pressupõem esses ambientes. Ou seja, foi possível seguir a argumentação de Eric R. Wolf (2003) segundo a qual a estrutura formal de poder político e econômico existe em justaposição, ou entremeada, com vários outros tipos de estruturas informais que lhe são intersticiais, suplementares, paralelas. (WOLF, 2003, p. 18)

Isso possui implicações metodológicas importantes, uma vez que as relações firmadas entre os atores sociais, por vezes, transcenderam os espaços formais destinados à sanção de contratos, ou seja, os espaços públicos institucionalizados. É nesse sentido que Bezerra (1995), com base nos estudos de Landè (1997), argumenta que “as ‘díades’⁶ atravessam, coexistem e desempenham tarefas no contexto do quadro institucionalizado, isto é, “esse tipo de relação e as prescritas institucionalmente estão conectadas e as pessoas podem estar envolvidas em ambas simultaneamente” (BEZARRA, 1995, p. 38).

As práticas que estruturam as políticas públicas de desenvolvimento foram baseadas, muitas vezes, em princípios e obrigações sociais que caracterizam, portanto, relações pessoais, entre elas relações de amizade, conhecimento ou camaradagem. O processo que envolve tanto a elaboração de políticas de desenvolvimento regional quanto a transformação dessas em políticas públicas é, assim, próximo ao que Bezerra (1995) concebe, como acordos voluntários entre indivíduos com vistas a trocarem favores e concederem ajuda um ou outro. Essas relações, segundo Bezerra, “implicam obrigações e ajuda mútua, troca de favores, confiança, fidelidade e reciprocidade” (1995, p.38) Foram visualizadas, no presente estudo, redes de ajuda mútua que configuram um cenário favorável às práticas empresariais.

Um esclarecimento é pertinente nesse momento de apresentação dos conceitos e do quadro teórico que orientou a pesquisa. Apesar de por vezes caracterizar os diversos grupos de interesse através de suas representações comuns acerca da atividade econômica, o objeto da pesquisa não são os esquemas culturais, ou as representações em si. Ao propor como conceito e método de pesquisa as redes

⁶ Definidas por Bezerra (1995) pelo tipo de relação que se estabelece entre duas pessoas. Segundo o autor, “o que distingue as relações diádicas de outras formas de relação a dois é, sobretudo, o fato de as pessoas manterem relações diretas (pessoais) entre elas, isto é, independentemente de ocuparem determinados cargos ou posições institucionais ou pertencerem a um mesmo grupamento”. Ver BEZERRA, M. O. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. RJ: Relume-Dumará. ANPOCS, 1995.

sociais, ou os conjuntos-de-ação, foram privilegiadas as ações sociais em detrimento das suas representações, muito embora, a ênfase na ação como perspectiva metodológica “possa oferecer pistas para se investigar os sistemas simbólicos como parte constituinte da análise de processos sociais” (BIANCO, 1987, p. 38). “Devemos atentar para o comportamento com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 1978, p. 28).

A noção de representação é, de fato, problemática, pois exige um grande cuidado teórico à adaptabilidade empírica. Muitos autores privilegiaram temas abrangentes ligados às questões sociais. Mais precisamente no que se refere aos estudos relacionados às manifestações culturais no sistema moderno de produção, alguns desses autores efetuaram sínteses do “modo de ser” capitalista, dos “ideais de vida” burgueses. Autores clássicos, como Max Weber (1999), por exemplo, falam de um estilo de vida normativo no capitalismo, pelo qual todo o homem envolvido nas atividades econômicas modernas orienta sua conduta. Segundo Weber (1999), “o trabalho a serviço de uma organização racional para o abastecimento de bens materiais à humanidade se apresenta sempre aos representantes do espírito do capitalismo como uma das mais importantes finalidades de sua vida profissional”⁷. (WEBER, 1999, p. 50)

Assim, a despeito da síntese operada por muitas teorias, isto é, do esforço em definir um *lócus* a partir do qual um quadro simbólico se define, um outro viés de análise pôde ser oferecido a partir de estudos antropológicos que têm como foco a observação do comportamento concreto. Marcio Goldman (2006) fala de um estilo de trabalho de campo que ajuda a desconstruir as concepções generalizantes do objeto

⁷ A crítica que Bernard Lahire (2002) dirige aos esquemas teóricos que levam em conta uma matriz fundante das ações e estratégias dos agentes é pertinente nesse contexto, pois é uma crítica ao princípio de que a sociedade, comunidade ou tribo, segundo Lahire (2002), “são realidades forçosamente homogêneas nas quais cada situação é homóloga a todas as outras” (2002, p.19).

de pesquisa. Ele (o trabalho de campo), segundo Goldman⁸ “é sobretudo uma atividade construtiva ou criativa, pois os fatos etnográficos ‘não existem’ e é preciso um método para a descoberta de fatos invisíveis por meio da inferência construtiva” (GOLDMAN, 2006, p. 25).

A caracterização das redes sociais leva a um trabalho localizado que considera as pessoas em suas relações concretas. Porém, ao considerar os atores, ou os agentes, não se confere ao indivíduo um peso irrestrito. Essa discussão se concentra mais na maneira pelas quais as pessoas reais interagem, como elas acionam contatos e configuram redes de interesses comuns. Assim também, como comenta Boissevain (1987), para caracterizar redes e coalizões, a pressão social exercida sobre os indivíduos não é uma pressão de uma sociedade ou grupo impessoal, mas, sim, uma pressão de outros indivíduos captada num padrão de interdependências. Esses padrões de interdependência vão ao encontro da caracterização de rede social definida por Norbert Elias (1994). Segundo o autor, na rede de inter-relações muitos fios isolados ligam-se uns aos outros, mas

(...) nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto, essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele. (ELIAS, 1994, p. 35)

Não se parti, por isso, de uma definição *a priori* que caracterize os agentes⁹ (empresário “racional”, o arcaísmo do empresário rural, o político pessoalista ou

⁸ O autor ressalta a importância do método de Malinowski para o trabalho etnográfico.

⁹ Ou da definição de um nativo genérico como diz Marcio Goldman (2006).

racionalista)¹⁰, pois o objetivo do estudo é captar o fluxo da experiência presente nas interações entre pessoas concretas, dotadas de particularidade, muito embora, como afirmo anteriormente, possa oferecer pistas para caracterizar os significados presentes na ação.

Assim, também, não se apresenta antecipadamente uma definição do sistema econômico no qual estão inseridos os agentes em estudo, uma vez que, como Deleuze e Guatarri (1995) afirmam, não se deve abordar o capitalismo a partir de um centro gerador das práticas, ou seja, “não existe capitalismo universal, que, em si, o capitalismo existe no cruzamento de toda sorte de formações, que ele é sempre por natureza neocapitalismo (...)” (DELEUZE & GUATARRI, 1995, p. 31). O quadro de interdependência entre determinados segmentos sociais e agentes governamentais que vem se configurando no cenário gaúcho só é possível mediante a teia de relações específicas produzida pelas próprias ações e necessidades dessas pessoas.

Por meio da identificação, realizada ao longo do trabalho, das pessoas que vem compondo o movimento empresarial foi possível apontar agentes estratégicos na elaboração das propostas de desenvolvimento econômico para o estado. As estratégias levadas a efeito pelos atores privados (empresários), todavia, não ganhariam respaldo suficiente sem a colaboração dos agentes governamentais. Os últimos anos, nesse sentido, viram a ascensão de pessoas também estratégicas para a articulação das propostas de desenvolvimento econômico para o Rio Grande do Sul.

Essencialmente, no plano executivo e legislativo as eleições de 2006 foram fundamentais para o programa de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Nelas foi eleita a atual governadora Yeda Crusius, que inclui em seu programa a “Agenda Estratégica” articulada pela federação dos empresários do estado, assim como o PGQP (Programa Gaúcho da Qualidade e da Produtividade). As estratégias acionadas pelos segmentos econômicos, através dos quais têm convergido interesses

¹⁰ A apresentação dos grupos de interesse pelas idéias, ou representações comuns, é apenas um meio de demonstrar a existência de linhas de segmentaridade nas estratégias de ação política e econômica.

na construção das políticas de desenvolvimento, ganham sentido somente a partir de sua interconexão com as ações dos agentes públicos.

Como em muitas análises de políticas públicas recentes, a concepção da ação estatal no presente estudo leva em conta as configurações de decisões multicentradas em que se considera o conjunto de relações que escapa aos modelos de análise hierarquizado e unificado de Estado, levam-se em conta os aspectos relacionais entre os interesses públicos e privados. Nesse sentido, foi possível distinguir, em relação às avaliações de políticas públicas, outro olhar sobre o Estado, menos centrado na figura deste enquanto uma forma social absoluta. As redes de relacionamentos visualizadas no terceiro capítulo da presente investigação entre atores ligados a determinados setores econômicos e agentes do governo permitiram, justamente, perceber o espaço estatal a partir da trama de relações sociais que o sustenta e lhe oferece forma.

O argumento estaria, assim, próximo à teoria proposta por Foucault para analisar processos de governo, segundo a qual o Estado não possui uma essência, que a natureza de suas instituições é uma função de mudanças em práticas de governo. Isso vai de encontro ao que propõem as teorias clássicas, que “deduzem as modernas atividades governamentais das propensões e propriedades essenciais do Estado, especialmente sua suposta propensão a crescer e engolir tudo que está fora de seus limites” (BURCHELL; GORDON; MILLER, 1991 p. 3). Existe, naquele modo de pensar a vida política, uma crítica às teorias que se voltam demais para as instituições e pouco para as práticas.

Para Marques,

(...) uma forma já bastante consolidada pela literatura de tratar o problema diz respeito à análise dos atores nas ações do Estado desagregando níveis de governo, agências estatais e grupos no interior da burocracia e investigando os atores em suas dimensões mais concretas. (MARQUES, 2000, p. 4)

O descentramento do questionamento sobre as instituições governamentais traduziu-se, assim, por uma transformação do modo de compreender a ação pública, de modo que essa passa a considerar, até certo ponto, a participação de atores múltiplos. Para o analista das políticas, segundo Muller e Surel (2002), o Estado não existe, na verdade, enquanto entidade global suscetível de um tratamento específico. De acordo com os autores, “somente sua ação é objeto da atenção do pesquisador e se compreende nessas condições que uma das contribuições da análise das políticas públicas seja o colocar em evidência os múltiplos contatos que o Estado mantém com seu contexto” (MULLER E SUREL, 2002, p. 38). Isso porque a condição atual de ação a partir do poder público difere das de outrora. Se antes poderia ser pensado o caráter global do Estado como entidade a partir da qual é construída a representação que a sociedade faz de si mesma, na atual configuração social é indispensável seu pressuposto societário, isto é, a imersão das políticas públicas na complexidade das relações sociais.

A partir da referência teórica da qual partimos, é possível compreender a ação do setor público em conformidade ao exposto por Pierre Muller e Yves Surel (2002), segundo os autores

(...) estudar a ação pública não consiste mais verdadeiramente [...] em refletir sobre o lugar e sobre a legitimidade do Estado, enquanto forma política abstrata, mas em compreender as lógicas implementadas nestas diferentes formas de intervenção sobre a sociedade, em identificar os modos de relação existentes entre atores públicos e privados em compreender como a ação pública recobre as dinâmicas imprecisas e evolutivas da fronteira entre Estado e sociedade.” (2002, p. 8)

É justamente essa complexa teia de relações entre atores públicos e privados que estruturam as instituições governamentais o cenário para a presente investigação empírica. A experiência etnográfica mostrou que a existência de redes de reciprocidade entre os empresários e pessoas ligadas aos setores públicos, a partir da convergência de posições na esfera política e econômica, tem sido a base para a elaboração e encaminhamento de projetos de políticas públicas.

Os espaços institucionalizados por onde circulavam os atores pesquisados foram fundamentais para compor analiticamente a trama de relações interpessoais que tem oferecido a base para a construção de políticas de desenvolvimento regional. No capítulo a seguir, estão relacionados os atores públicos e privados que vem interagindo, por meio de entidades representativas dos interesses empresariais e de órgãos estatais, para compor o conjunto de propostas de desenvolvimento econômico e que, de certa forma, possibilitam partirmos do pressuposto teórico apresentado anteriormente.

3 DETERMINANTES HISTÓRICAS DAS AÇÕES POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: breve panorama

3.1 As articulações necessárias: Pessoas, Associações e Agências Empresarias

Ao longo do desenvolvimento econômico do país, foram muitas as entidades criadas para a representação dos interesses empresariais. Regionalmente, algumas dessas associações ganharam força e sustentação durante o processo de consolidação de uma economia capitalista no Rio Grande do Sul. Essas associações empresariais, desde o início do século passado vêm atuando junto aos governos federal e estadual na defesa dos interesses dos empresários. Recentemente, novos organismos de representação setorial vêm sendo criados no Rio Grande do Sul para atender as reivindicações dos empresários de diversos setores da economia do estado. Estes organismos têm como característica principal aglutinar os interesses de setores econômicos diversos a favor de programas amplos de desenvolvimento econômico.

Se as entidades patronais, representativas dos diversos setores da economia (FIERGS, FEDERASUL, FARSUL, FECOMERCIO, etc), tinham como característica criar condições para que suas reivindicações setoriais fossem aceitas e normatizadas, as Agências de Desenvolvimento, hoje, atuam no sentido de romper com as ações de interesse exclusivamente setoriais que perpassava àquelas entidades. Essas Agências de Desenvolvimento são entidades não-governamentais de caráter privado que reúnem empresas e entidades representativas de diferentes setores da economia.

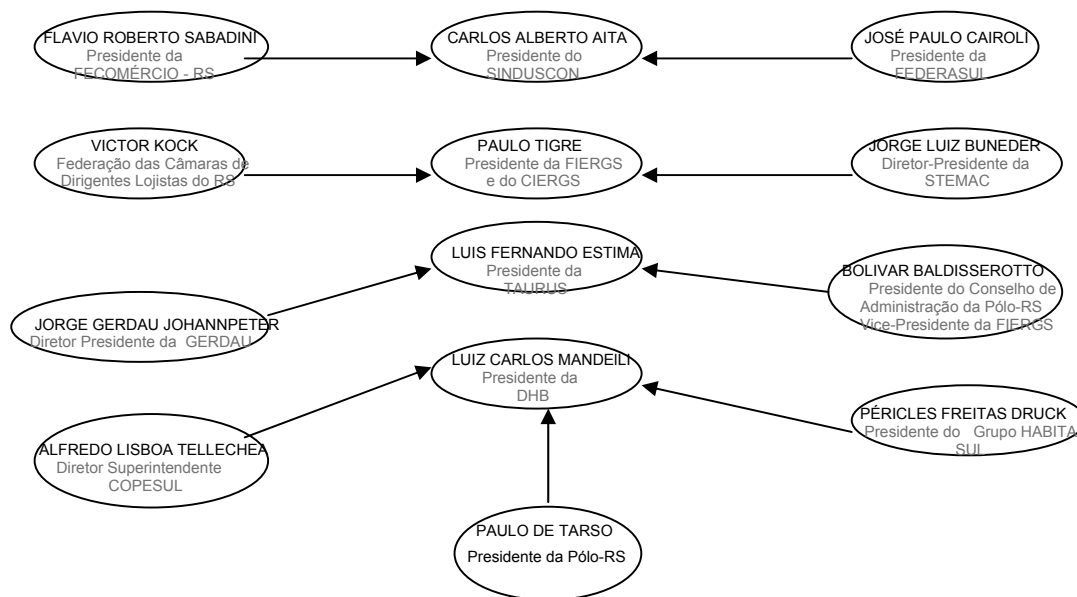
No estado, a Pólo-RS é a expressão mais significativa desses novos mecanismos de representação empresarial. A Agência de Desenvolvimento teve início ao final de 1995 e desde lá vem concentrando suas atividades na atração de investimentos e na criação de projetos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Em sua composição, a Pólo RS reúne as lideranças das principais entidades de

representação de alguns setores da economia do estado, juntamente com um grupo de suas maiores empresas e instituições financeiras de desenvolvimento. A Agência é mantida pelo financiamento realizado pelas grandes empresas que a compõem.

Examinando a estrutura da Agência Pólo-RS cheguei aos agentes mais relevantes na estruturação dos programas de políticas públicas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Por isso, durante a pesquisa de campo, a Pólo-RS, assim como o movimento iniciado por ela, a Agenda 2020¹¹, se mostrou um espaço significativo de recolhimento dos dados pertinentes a presente pesquisa, pois era por onde circulavam as principais lideranças empresariais e através da qual eram construídos os projetos de desenvolvimento econômico. Esse movimento, que visa criar mecanismos para que a economia do estado atinja níveis excelentes de desenvolvimento econômico, teve início em 2005. É a partir deste movimento empresarial que muitas políticas relacionadas ao desenvolvimento têm sido pensadas, e no interior do qual se realizam os encontros de empresários dos diferentes segmentos. Normalmente, as reuniões ocorriam nas diferentes entidades representativas dos interesses empresariais (Pólo-RS, FEDERASUL, FECOMERCIO, FIERGS e outras), o que fazia com que essas entidades ganhassem relevância cada vez maior durante a estruturação do trabalho.

Já na composição dos associados e diretores da ONG de empresários visualizei que muitas pessoas que têm participado ativamente das políticas de desenvolvimento econômico regional faziam parte do grupo de diretores dessa entidade, e que a maior parte delas possuíam algum vínculo nas entidades, patronais de interesse privado, investigadas na pesquisa exploratória e nas grandes empresas. O esquema a seguir apresenta esses atores e suas ligações institucionais.

¹¹ A análise dos documentos, e mesmo dos vários projetos em execução, leva a aproximá-los de movimentos ocorridos em outros lugares, como os que ocorreram na Alemanha. Nesse país foi elaborada a Agenda 2010, um programa, todavia, criado e executado pelo governo federal daquele país para reaquecer a economia alemã e recuperar a competitividade internacional do país. Reforma tributária e da previdência, desregulamentação profissional, redução de impostos estão na pauta do programa.



ESQUEMA 1 – Associados da Pólo-RS e suas respectivas instituições de origem

Fonte: da Pesquisadora

Ao cruzar os nomes que compõem a Pólo-RS com os atores que participam dos programas voltados ao desenvolvimento percebe-se que há uma regularidade entre eles, pois muitos dos que compõem o quadro de associados daquela instituição são os que participam dos programas de desenvolvimento através da Agenda 2020. A composição de um quadro com os atores vinculados a Pólo-RS revelou, também, inicialmente, que praticamente a totalidade dessas pessoas possui um ramo de atividade em comum, que é a atividade empresarial, ou que possui alguma espécie de ligação com o mundo empresarial.

Apesar de a Pólo-RS ter sido um lugar significativo por onde circulavam os atores, as demais associações não puderam ser desconsideradas, uma vez que seus espaços continuavam a ser utilizados como meio de negociação com outros órgãos e principalmente com o estado. No que se refere a indicações de nomes para compor o quadro de dirigentes no governo estadual, essas entidades patronais tiveram um empenho significativo e um papel relevante nas negociações com os agentes públicos.

Assim, também foram utilizados como espaço para recolhimento dos dados da pesquisa entidades como a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que surgiu como a expressão dos interesses de setores da pecuária estancieira e da lavoura empresarial. Enquanto o Rio Grande do Sul firmava-se como uma economia agrícola forte, liderada pelas culturas do arroz e do trigo, e uma pecuária igualmente desenvolvida, a Farsul teve um papel significativo nas negociações de interesses setoriais junto aos governos federal e estadual. Apesar de atualmente ter diminuído a relevância do setor no conjunto da economia gaúcha os empresários ligados ao setor agro-pecuário modernizado no estado continuam atuantes nas questões que envolvem seus interesses particulares. A Federação Industrial do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), que apareceu no cenário gaúcho como representante da indústria, desligada das atividades primárias, foi uma entidade relevante no cenário pesquisado, assim como a Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul (Federasul) e Federação Comercial (Fecomércio) como representação de empresários de comércio.

Em cada instituição que percorri procurei identificar as pessoas e observar a relação que algumas delas tinham com os programas estruturantes de desenvolvimento econômico. No decorrer do trabalho de campo percebi que iam se repetindo as pessoas que atuavam dentro das entidades patronais, na Pólo-RS e no governo estadual. A partir dessas observações foi possível visualizar os conjuntos-de-ação em torno dos interesses econômicos que permitem estruturar os diferentes projetos de desenvolvimento para o estado.

Nomes importantes na composição de políticas de desenvolvimento foram se mostrando essenciais na estruturação das políticas públicas para o setor. Toda vez que uma pessoa parecia ser relevante no cenário pesquisado, tratava de identificar o lugar, a instituição de onde saiu, as pessoas que mantinha contato e a proposta de desenvolvimento que definia como essencial para o estado.

Muitas pessoas que compõem o quadro do governo executivo participam ativamente das reuniões realizadas pelo movimento empresarial. Muitas dessas pessoas possuem algum tipo de vínculo direto com empresários ou vêm diretamente de atividades empresariais. Algumas reuniões promovidas pelo governo em torno do desenvolvimento econômico do estado, por isso, também foram relevantes para o processo de reconhecimento do cenário pesquisado.

3.2 Projetos de Políticas de Desenvolvimento Regional

Ao realizar a análise de alguns documentos notei que há um alinhamento entre o discurso político do atual governo e as propostas¹² de desenvolvimento elaborado pelos empresários. A adesão, pelo governo do estado, ao programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), traduz, em parte, esse alinhamento. O objetivo, em termos de gestão pública, acionado pelos agentes deste programa pretende capacitar a administração pública com métodos e tecnologias de gerência, buscando otimizar e gerar bons resultados na gestão. O conjunto de soluções gestacionais levados a efeito pelo PGQP vai ao encontro das propostas de reformas na administração pública criada pelo movimento da Agenda 2020, ainda que estas sejam menos operacionais e bem mais abrangentes em relação àquelas já postas em ação pelo PGQP.

No projeto de modernização da administração pública, elaborado pela Agenda 2020, apesar de ainda não ter se transformado em política pública, são elencadas uma série de melhorias que devem ser adotadas pela gestão administrativa, entre elas a ênfase na função técnica e gerencial da administração pública e na adequação e diminuição do tamanho do estado.

¹² A maior parte dessas propostas está disponível no site <http://www.agenda2020.org.br>.

1. Objetivo:

Estudar a retirada do Estado da produção de bens e serviços de mercado: Avaliação econômica da possibilidade de privatização de estatais (CEEE, Banrisul, Corsan);

Redefinição do papel da UERGS como universidade tecnológica;

2. Entrave:

Custo político das privatizações:

Empresas estatais vistas como “patrimônio dos gaúchos”;

3. Ações Viabilizadoras:

Realizar estudos considerando 3 pilares:

a) qualidade dos serviços;

b) custo dos serviços;

c) benefícios que as instituições trazem à sociedade (se a instituição não fizer, quem fará);

Campanha de divulgação dos benefícios e custos destas empresas;

Criar um Conselho de Gestão Fiscal autônomo;

Figura 1 – Estudar a retirada do Estado de serviços de mercado. Fonte: Movimento empresarial da Agenda 2020.

Os documentos coletados nas diferentes instituições que percorri ao longo do ano de 2007 me ajudaram a construir critérios que permitiram trazer à luz as matrizes cognitivas que orientaram, ou melhor, orientam os agentes sociais no processo de construção do conjunto de medidas de desenvolvimento pensadas para o Rio Grande do Sul. Muitos deles demonstram a inspiração neoliberal que embasa a maior parte dos projetos de desenvolvimento, cuja importação de um modelo construído em países europeus ou nos Estados Unidos, ganha uso bem peculiar pelos atores no contexto de formulação das suas propostas.

Dentre os projetos de fácil operacionalização, já inicializado e que tem ganhado respaldo significativo entre a comunidade empresarial são os que tratam da infraestrutura. A ampliação do aeroporto Salgado Filho é um deles, pois significa ganhos para a exportação de empresas gaúchas que, muitas vezes, utilizam as vias rodoviárias para chegar a São Paulo e dali enviar mercadorias por aviões. Com a obra, as cargas poderão sair do estado direto para seu destino final. De acordo com o economista da Agenda 2020, em informação na mídia:

a ampliação da pista do aeroporto favorecerá o crescimento da economia gaúcha e é uma meta da Agenda 2020 acompanhar as informações dos projetos que são considerados como prioritários para o desenvolvimento do estado. Entre as cargas que serão beneficiadas estão produtos perecíveis, como frutas e peixes, e de maior valor agregado, como eletroeletrônicos. (Zero Hora, 20/08/2008)

Os projetos de infra-estrutura elaborados pela Agenda 2020 podem ser divididos em duas áreas: a de transportes, que prevê os projetos 'porto de Rio Grande', "aeroporto Salgado Filho, já mencionado, e BR 116 Norte; e a de energia, que prevê os projetos 'plano estadual de eficiência energética', 'projeto de geração térmica a carvão' e o 'projeto de suprimento de gás natural'. Os projetos de infra-estrutura que começaram a ser discutido esse ano também giram em torno da infra-estrutura de transportes que privilegia o corredor exportador litorâneo, como, por exemplo, a hidrovia Estrela-Rio Grande.

O que primeiramente chamou a atenção nos projetos apresentados é o fato de que os investimentos públicos necessários a sua viabilização se concentram basicamente no corredor litorâneo Porto Alegre-Rio Grande, região de escoamento da produção gaúcha que se destina à exportação, e no aumento da capacidade de produzir e distribuir energia fundamental para o setor empresarial industrial. Ou seja, os seis projetos contemplam basicamente o setor empresarial industrial exportador concentrado na região metropolitana e serrana.

Na área de gestão pública, o projeto intitulado 'publicização de serviços não exclusivos do Estado' trata da migração, para entidades públicas de direito privado, de parte da gestão dos órgãos prestadores de serviços não exclusivos do Estado (nas áreas da arte e cultura, pesquisa, meio ambiente, esportes, assistência social, educação e saúde). A Uergs, o Banrisul, a CEEE e a Corsan, por exemplo, poderiam deixar de ser administradas diretamente pelo poder público, sendo entregues às referidas entidades públicas de direito privado.

O documento 'Mapa Estratégico da Sociedade Gaúcha' da Agenda 2020 também é bastante elucidativo do tipo de desenvolvimento pretendido pelo empresariado local¹³. Esse documento foi elaborado com base no *Balanced Scorecard*, um método de gestão empresarial que enfatiza a elaboração de uma série de indicadores de desempenho¹⁴. De acordo com esse método, será a definição de um conjunto de indicadores que vai permitir a alta direção de uma empresa uma compreensão de visão estratégica do negócio, ou seja, "uma ferramenta de gestão que traduz a estratégia da empresa em um conjunto coerente de indicadores, sejam eles financeiros ou não-financeiros"¹⁵.

De acordo com essa metodologia, o documento 'Mapa Estratégico' define os eixos para o crescimento, que seriam o 'desenvolvimento de mercado', 'desenvolvimento regional', 'inovação e tecnologia', 'gestão pública' e 'infra-estrutura'.

¹³ O objetivo desse documento também foi, segundo o presidente da ONG Pólo-RS, divulgar à comunidade gaúcha os critérios estabelecidos pelos empresários para realizar o desenvolvimento do estado.

¹⁴ O *Balanced Scorecard* surgiu nos Estados Unidos, na década de 1990, com um estudo intitulado "*Measuring Performance in the organization of the future*", realizado por David Norton e Robert Kaplan. Posteriormente, esse estudo foi sintetizado e publicado na revista Harvard Business Review, sob o título "*The Balanced Scorecard – measures that drive performance*". Esse estudo foi citado várias vezes pelos empresários nas entrevistas que realizei. Às vésperas do término desse trabalho, os organizadores do movimento empresarial iriam apresentar aos criadores dessa ferramenta, Robert Kaplan e David Norton, da Universidade de Harvard, o estágio atual da Agenda 2020, na 6ª edição do Strategy Execution Summit 2008, que acontecerá em setembro, na Bahia. A Agenda 2020 será apresentada como caso prático de aplicação do BSC no desenvolvimento econômico e social.

¹⁵ In: PRADO, Lauro Jorge. Guia Balanced Scorecard. LJP E-ZINE (revista on-line): Paraná, 2002.

A potencialização dessas esferas, os eixos para a transformação econômica e social do RS, de acordo com o documento, é o que vai permitir o êxito do movimento. Novamente o economista da Agenda 2020 , afirma, agora em entrevista que

o ‘Mapa Estratégico’ indica o caminho a ser percorrido para que sejam atingidos os objetivos da Agenda 2020. Ele ajuda a definir as estratégias. Quando a sociedade se reuniu e definiu que queria o melhor estado para se viver foi preciso definir as variáveis para se chegar a esse objetivo. Naqueles dois dias de trabalho em 2006, a sociedade definiu isso. As potencialidades, que caminhos percorremos para chegar até aqui? O que queremos daqui para frente? Isso faz parte de uma visão metodológica chamada visão de futuro (essa visão é construída).¹⁶. (Machado, 2008)

Além desse documento, os empresários gaúchos elaboraram uma série de outros estudos de planejamento, publicados em forma de gráficos e artigos, e de projetos para a economia do Rio Grande do Sul com a intenção de traçar metas a serem atingidas num prazo de pouco mais de dez anos. Realizando, dessa forma, o objetivo do movimento: “transformar o Rio Grande do Sul no melhor estado pra se viver e investir” (slogan da Agenda 2020).

¹⁶ O entrevistado faz referência ao primeiro evento promovido pelos empresários para definir os rumos do movimento.



Fotografia 1 – Primeiro encontro da Agenda 2020. Fonte: da Pesquisadora

Os fóruns temáticos organizados pelo movimento da Agenda 2020 seguem os eixos definidos no documento anteriormente citado. Foi da participação nesses fóruns temáticos que pude perceber com mais nitidez como os atores sociais que participam da construção de programas para o desenvolvimento do estado se relacionam entre si, quais os vínculos que estabelecem, as estratégias traçadas para sua implementação, e a quem recorrem para efetivar suas propostas. Essas reuniões eram pequenas, ou seja, com poucos participantes, sendo mais fácil identificar as pessoas presentes.

3.3 Notas sobre os vínculos historicamente estabelecidos entre empresários e agentes governamentais no Brasil

Sendo toda concepção teórica, em parte, determinada pelo objeto ao qual se aplica, ao trabalhar com um referencial teórico que privilegie o fluxo da ação em detrimento das estruturas e o comportamento concreto em detrimento das representações é pertinente que seja formulado um breve panorama quanto as especificidades históricas do objeto de pesquisa. Nas páginas a seguir farei uma

breve avaliação sobre as mudanças ocorridas nas formas de gestão do espaço público e sobre os reflexos dessas mudanças no modo de acionar políticas públicas.

Comparativamente, existem mais estudos sobre a ação política dos grupos empresariais diante dos poderes executivo e legislativo em nível federal, do que propriamente regional. Durante o levantamento bibliográfico, encontrei muitos estudos sobre elites agrárias no Rio Grande do Sul e pouca referência a respeito dos grupos empresariais vinculados à indústria e ao comércio, ou, ainda, sobre a articulação desses segmentos com o setor público. Essa foi uma das dificuldades encontradas para compor o capítulo, pois impediu uma revisão histórica mais localizada das ações empresariais. A revisão a seguir centra-se, por isso, mais em âmbito nacional do que propriamente regional, isto é, no estado do Rio Grande do Sul. Os acontecimentos percebidos, porém, são tomados como relevantes para a configuração do cenário social visualizado no terceiro capítulo da presente dissertação.

Como exposto no capítulo anterior, existe em algumas abordagens sobre políticas públicas um descentramento do modo de compreender a ação de instituições públicas. Em termos gerais, essa redefinição teórica das análises está intrinsecamente relacionada com o enfraquecimento dos centros políticos definidos sobre uma base nacional, que durante o movimento de formação dos Estados Nacionais acabou retirando das “periferias” parte de sua autonomia (através da monopolização da fiscalização, do poder de decisão, etc). No Brasil, essas transformações estão relacionadas a dois movimentos: um externo, que foram as reformas político-econômicas de orientação neoliberal – no Brasil essas reformas começaram a ser processadas com mais intensidade na década 1990; e outro interno, que diz respeito ao movimento de abertura democrática do Estado brasileiro.

A ideologia neoliberal, cujas bases doutrinárias já estavam postas desde as primeiras décadas do século XX¹⁷, constitui-se como fundamento de políticas públicas a partir dos anos de 1970. A possibilidade de implantação dessas políticas foi aberta pela crise mundial da economia, que se verificou com a crise do dólar de 1972, no aumento do preço do petróleo, esgotamento do padrão de crescimento e crise monetário-financeira internacional. Essa crise abriu o caminho não somente para que idéias neoliberais começassem a ganhar terreno a partir daquela data, mas que boa parte de seus princípios econômicos e estatais fossem postos em ação¹⁸. Nesse processo, houve a reversão das tendências inspiradas pelas políticas keynesianas, que davam ênfase ao investimento público, ao combate do desemprego e especialmente a verticalização das ações dos agentes do estado. É sabido que em alguns lugares, em especial na Europa, essa tendência deu origem ao Estado de Bem-Estar Social.

No Brasil, a execução de uma agenda de reformas, tanto políticas quanto econômicas, teve conseqüências importantes para a mudança do perfil econômico e social do país com a conseqüente alteração das formas de participação da sociedade civil nas decisões que competem ao setor público. Até a década de 1980, o Brasil ainda estava pautado por uma economia baseada na forte presença do Estado e pela verticalização das ações públicas, o que se verificava na forte centralização da política no país. A partir dessa data, no entanto, a crise da economia brasileira fez com que o crescimento econômico do país – baseado na forte intervenção estatal, na concentração oligopolística da produção e internacionalização da economia –

¹⁷ Hayek e Mises, escola austríaca do pensamento neoliberal.

¹⁸ A implementação da vertente mais radical e conservadora do modelo político-econômico neoliberal aconteceu na Inglaterra sob o governo de Margaret Thatcher. Na América Latina, a expressão máxima do neoliberalismo se desenvolveu no Chile, país que desde a ditadura militar já começou a processar medidas de reordenamento das funções do estado, bem como da economia de mercado. Nesse país, desde 1967, destacou-se a ação de um grupo de empresários que rompeu com as posições estatizantes e adotou um programa nitidamente liberal, baseado na defesa radical dos interesses corporativos do empresariado, da propriedade privada e do anti-intervencionismo estatal. Não é por acaso que veremos o Chile sendo usado como exemplo de dinamismo econômico por vários empresários em nossa pesquisa de campo. Para uma análise mais aprofundada ver ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: um balanço. Idéias Liberais, São Paulo: Instituto Liberal/ SP, n. 28, 1994.

verificado no período de ditadura militar, sofresse uma perda considerável. Segundo Cano (1989),

a economia brasileira apresentou, na década de 1980, um crescimento médio sofrível, (...) acumulando-se com isso grande agravamento dos problemas sociais e uma séria ameaça do aprofundamento do atraso tecnológico da indústria. (CANO, 1989, p 17)

É possível afirmar, nesse sentido, que a mudança na orientação tanto política quanto econômica no Brasil foi reativa à crise do período, possibilitando que o país começasse a incorporar algumas mudanças que já vinham se processando em outros países, tais como: liberação das forças concorrenciais e equilíbrios fiscal e monetário, programas de privatização de empresas estatais – gerando um mercado privado para os serviços antes prestados pelo Estado – e, o que é mais importante para o presente estudo, reformulação dos aparatos administrativos, com a transferência de boa parte das responsabilidades às municipalidades.

As mudanças na política econômica mundial, e no Brasil, nesse sentido, abriram caminho para novas funções e atribuições das administrações estaduais e municipais, que vão renovar a base de negociação entre os atores públicos e privados. Nos últimos vinte anos assiste-se serem introduzidas negociações descentralizadas e pontuais entre os poderes públicos (municipalidades, estados e o governo federal), como, também, entre agentes de direito privado (empresas, ongs), para a elaboração e/ou execução de projetos das mais diversas áreas, econômicas e sociais.

No Brasil, a descentralização das ações administrativas também veio associada ao processo de transição política e aos conseqüentes esforços de consolidação de uma ordem democrática. Os acontecimentos políticos ocorridos no período de redemocratização do país, desse modo, foram fundamentais para a redefinição das formas de organização dos empresários. Esses acontecimentos tiveram como pano de fundo um processo de transformação estrutural¹⁹ da sociedade brasileira e o esboço

¹⁹ Segundo Wanderley G. dos Santos, houve mudanças significativas na estrutura política, econômica e social do Brasil a partir da década de 1980. Essas mudanças seriam: forte desenvolvimento econômico

de uma nova forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade, pautada pela mudança nas formas de organização dos principais atores sociais e seus estilos de representação de interesses (Santos, 1985; Diniz, Boschi; Diniz, 1989). Os episódios que marcaram a transição deram início a um processo de institucionalização de novas regras do jogo político, que se, segundo Gros (2003), “durante o período militar era praticamente restrito ao executivo, após a abertura democrática transbordou para toda a sociedade” (GROS, 2003, p. 48).

As mudanças verificadas na estrutura sócio-econômica do Brasil, que culminou com um novo formato institucional gerado pelo processo constituinte (abertura democrática) a partir da década de 1980, foi avaliado, por alguns autores, como uma possibilidade de avanço para uma ordem “pluralista” na sociedade brasileira. Leonardo Avritzer e Maria de Lourdes Dolabela Pereira, no artigo ‘Democracia, Participação e Instituições Híbridas’ afirmam que

novos espaços de negociação e inter-relação são criados em torno dos atores sociais e do Estado e, nesses espaços, esses atores são obrigados a debater e ajustar suas estratégias; ou seja, a ação a partir das instituições é substituída pela ação coletiva e negociada. O local se torna o lugar da elaboração de políticas públicas, de tomada de decisões discutidas e compartilhadas [...] seja através de novas relações jurídico-institucionais entre as instâncias federal, estadual, municipal, seja através da construção de um novo espaço democrático com as comunidades locais e suas representações sociais e políticas. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 27)

A reforma constitucional de 1988 teria proposto modificações nas práticas das políticas públicas, de um lado, e no significado das ações sociais e coletivas, de outro. De qualquer modo, o processo constituinte teria se tornado a origem de um conjunto de instituições híbridas que foram sendo normatizadas nos anos 90. A reforma da

com altas taxas de crescimento do PIB e substancial modificação do aparato produtivo e da produção industrial; um processo de urbanização acelerada, havendo uma reestruturação ocupacional, com diminuição de pessoal ocupado no setor rural e aumento do mesmo no setor industrial e no de serviços. O processo de industrialização intensificou a produção de bens intermediários e de bens duráveis. Além disso, de acordo com Santos, desenvolveu-se uma dinâmica de capitalização para a qual convergiram três processos simultâneos: a expansão das relações assalariadas, o processo de produção de capital e tecnificação do trabalho agrícola.

constituição teria aberto, assim, caminho para a superação de formas de ação estatal até então caracterizadas pela centralização do planejamento e das decisões no plano nacional. Segundo Avritzer e Pereira (2005),

no que se referem aos dispositivos legais e institucionais essas alterações se refletem, de um lado, na maior autonomia dos municípios rompendo com o caráter hierárquico tradicional das políticas públicas, substituindo as políticas centralizadas pela mobilização das comunidades locais em torno de questões específicas e, de outro, na inclusão de direitos sociais e coletivos no que se refere à gestão democrática do âmbito local. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 18)

As reformas constituintes, tanto federais quanto estadual, cujas modificações permitiram uma maior permeabilidade de alguns segmentos sociais no interior do estado, podem ser entendidas, nesse contexto, como reativas ao processo de descentralização política e à incorporação de reformas de caráter neoliberal.

3.4 Mudanças em curso, hegemonização das mediações com o setor público

O avanço de uma ordem pluralista no país, no entanto, não deve ser analisado separadamente do desenvolvimento do processo histórico em curso. De modo que, a possibilidade aberta para um maior pluralismo na agenda pública no Brasil não deve ser pensado a parte das desigualdades sociais e econômicas geradas pelo processo de modernização do país, assim como pelas desigualdades históricas aqui existentes. Como sugere Gros (2003) “o crescimento econômico e modernização do país aumentaram as desigualdades sociais e econômicas e beneficiaram, fundamentalmente, os que desfrutam de maior parcela de poder” (GROS, 2003, p. 50). Segundo Gros

as mudanças no nível da sociedade e de suas organizações não parecem ter se traduzido em mudanças significativas no campo da inserção política dos atores. Se as instituições políticas devem ser avaliadas pela sua eficácia em agregar e traduzir demandas da sociedade, no Brasil, a distância entre as instituições e a sociedade segue sendo a regra. (GROS, 2003, p. 51)

No que tange a participação de diferentes segmentos nas políticas do governo, frente à dinamização da economia no país foram os agentes sociais ligados a economia de mercado que conseguiram desenvolver formas maleáveis de mediação entre seus interesses setoriais e o poder público. Para entender as formas de ação utilizadas pelos empresários brasileiros nas últimas décadas, a especificidade da inter-relação entre estes e as instituições governamentais, bem como a possibilidade aberta para a ampliação dos interesses e dos contatos mobilizados pelos agentes econômicos é necessário que realizemos um recuo no tempo.

No período de centralização intensa do Estado brasileiro, que vai do pós 64 até final da década de 70, mais ou menos, houve o que Diniz (1978) definiu como a “associação do corporativismo²⁰ ao autoritarismo do Estado e das classes dominantes, aprofundando-se um tipo de representação corporativa socialmente assimétrica, garantindo um acesso especial dos empresários aos centros decisórios e acentuando os privilégios desse setor frente aos demais” (DINIZ Apud GROS, 2003 p. 52). A relação estabelecida entre empresários e o Estado se fazia, nesse contexto, através de múltiplos canais de acesso que incluíam contatos institucionais estabelecidos através de organizações oficiais de empresários (Federações de Indústria e Comércio), relações pessoais e clientelísticas entre empresários e políticos e os ‘anéis burocráticos’ – que eram laços entre empresários e burocratas de um determinado setor.

²⁰ Este sistema foi instituído no Brasil pela legislação sindical da década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, como o sistema oficial para a intermediação dos interesses dos atores emergentes no novo cenário político do país – os empresários e os trabalhadores urbanos. Criado há mais de 70 anos, o sistema corporativista subsiste até hoje, tendo passado por modificações importantes. No que tange às alterações, a constituição de 1988 suprimiu os mecanismos que, ao longo do período anterior, permitiram que o governo federal exercesse controle direto sobre o sistema corporativista, tais como a exigência de autorização prévia para a fundação de sindicatos, o poder de intervir nas eleições para postos de liderança e a faculdade de interferir no funcionamento cotidiano das entidades.

Nesse período, portanto, os empresários gozaram de privilegiados canais de acesso ao Estado em detrimento das demais forças sociais. Segundo Gros (2003), isso se deve ao fato de o Congresso Nacional não possuir qualquer autonomia para representar os interesses dos demais setores sociais. Houve nesse período uma proliferação de organizações empresariais extracorporativas, ou seja, associações civis independentes da regulação do Estado, com o objetivo de representar e negociar os interesses de cada setor.

A partir da década de 80, entretanto, principalmente com o ressurgimento da organização dos trabalhadores, os empresários viram-se diante da necessidade de criar, ou recriar as já existentes, federações, cujo vínculo com o Estado era maior em relação às associações²¹, possibilitando, sobremaneira, uma participação mais efetiva nas questões que envolviam as decisões públicas.

A autonomia do empresariado brasileiro frente ao poder público – no sentido de tentar incrementar o poder político e o controle do Estado –, durante o período de ditadura militar, pareceu sempre aliar-se com as soluções políticas impostas pela cúpula dirigente do regime político. Com a abertura democrática, em contraste, houve uma mudança nas formas de atuação dos grupos empresariais que, “da mera defesa de interesses concretos, passaram a outras capazes de levar em conta uma multiplicidade de fatores que ultrapassavam seus interesses imediatos”(Cruz, 1995, p. 22).

De acordo com Gros (2003), a partir de 1980

²¹ Esse movimento de revitalização das federações está associado, de certo modo, ao fato de no Brasil o monopólio da representação ser assegurado às entidades oficiais junto à Justiça do Trabalho. Para maior esclarecimento ver: CRUZ, Sebastião C. Velasco. *Empresariado e Estado na transição brasileira: Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

com a crise econômica, a redemocratização, a recuperação da importância do Congresso e dos partidos políticos e o fortalecimento das organizações sindicais, ampliam-se a arena política e os canais de acesso a ela. A negociação política que se fazia estritamente dentro do aparelho de Estado durante o período autoritário passou a incluir o Parlamento e as demais organizações da sociedade. (GROS, 2003, p. 50)

Houve, nesse sentido, uma reelaboração das formas de representação empresarial frente às instituições públicas a partir do período de abertura democrática. Se, antes essa representação era feita prioritariamente através de mecanismos 'apolíticos', isto é, por meio de "laços clientelísticos criados entre empresários de um determinado setor e os burocratas responsáveis pelas agências estatais de seu interesse" (Cardoso, 1975), após a redemocratização o empresariado brasileiro sentiu a necessidade de renovar e ampliar suas formas de organização e de ação frente às demais forças sociais e o Estado. Isso, principalmente, pelo espaço reivindicatório aberto aos trabalhadores com a abertura democrática.

Mobilização política, por meio da atuação direta nos cargos públicos, como deputados, senadores e ministros; fortalecimento das entidades corporativas e renovação de suas lideranças, intensificação do uso de *lobbies* e criação de novas organizações para a defesa de seus interesses políticos, foram algumas das estratégias utilizadas pelos empresários brasileiros para se adequarem as novas demandas institucionais. Foi a partir da necessidade de se organizar frente as instituições do Estado, para conseguir inserir demandas setoriais, que os empresários ligados as diferentes atividades produtivas no Rio Grande do Sul tem se articulado entorno do desenvolvimento econômico.

4 TRANSPONDO OS LIMITES DA SETORIALIZAÇÃO: vínculos sociais e referencial na construção das políticas de desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul

4.1 As primeiras impressões

A reunião estava marcada para 9 horas da manhã e aconteceria na zona norte de Porto Alegre, na empresa Gerdau. Sai da casa da minha irmã, que fica na Cidade Baixa, às 7 horas, a fim de não haver atraso para o encontro. Sabia que minha presença naquela reunião não era esperada por todos. Apesar de ter comunicado com antecedência para os organizadores do encontro que compareceria, sabia que não fazia parte daquele mundo e a incerteza de como seria recebida me causava certa ansiedade. Chegando à empresa me dirigi à recepção. Lá foi solicitado que tirasse uma foto, por medidas corriqueiras de segurança, e que me dirigisse à sala de reuniões. Fui a primeira a chegar. Fiquei na sala de espera e durante os instantes que aguardava, um garçom, vestido a caráter, me serviu um café passado na hora e uma água. Aos poucos foram chegando os participantes, todos homens, bem vestidos e demonstrando uma seriedade uniforme. Fui convidada por um dos organizadores a me dirigir à sala de reuniões. Uma sala magnífica. Ao centro, uma mesa enorme, em pau marfim, cadeiras confortabilíssimas, bloco de papel, caneta e lápis personalizados da empresa em que estava havendo a reunião em cada um dos lugares, xícara para café e água para cada um dos convidados. Já na sala de reuniões da empresa, percebo que a expressão séria dos empresários ao chegar aos poucos foi se desmanchando, muitos se abraçam como forma de cumprimento, trocam sorrisos e conversam como se conhecessem já a muito tempo. A reunião inicia. Fico apreensiva em ligar o gravador, apesar de já ter pedido aos organizadores permissão para usá-lo. Começa uma apresentação em PowerPoint, e, aos poucos, os integrantes da reunião passam a interagir e a reunião decorre normalmente. Permaneço a observar e realizar anotações sem parar, uma vez que no decorrer da reunião não tive coragem de ligar o aparelho de gravação. Duas horas de encontro e as coisas pareciam se encaminhar bem, até que um dos participantes, durante sua explanação, virou-se para mim e perguntou: e a

menina que está sentada ali, o que ela pensa sobre o que está sendo discutido nessa reunião e como ela pode vir a colaborar com os projetos que estão sendo discutidos nesse fórum? Nesse momento, o nervosismo tomou conta de mim e só o que pensei foi em conseguir dar uma resposta coerente e satisfatória para a ocasião em que me encontrava.

Essa experiência é o relato da participação em um dos encontros de empresários que freqüentei durante o período de recolhimento dos dados empíricos. O ritual realizado em cada um desses encontros era muito parecido ao relatado no parágrafo anterior, uma vez que eram todos eles realizados em empresas ou entidades de empresários. As reuniões eram sempre bem organizadas e as pessoas presentes apresentavam sempre perfis semelhantes. Eram todos empresários, ou possuíam algum tipo de vínculo com aquele mundo, na maioria eram homens, compartilhavam um modo de vestir, trajes impecáveis que muitas vezes traduziu a posição social dessas pessoas, trocavam experiências em conversas informais que envolvia o cotidiano de pessoas refinadas, como viagens, boa comida... Nas reuniões, cafés e almoços em requintes raramente observáveis no dia-a-dia de uma estudante.

Nos fóruns temáticos da Agenda 2020, inicialmente, participavam pessoas convidadas pelos organizadores do evento. Em geral, essas pessoas estavam vinculadas a instituições, órgãos públicos ou empresas privadas, que de alguma forma pudessem vir a se beneficiar com o encaminhamento dos projetos de desenvolvimento, ou então, àquelas que possuíam uma posição estratégica para a concretização dessas propostas. A minha presença nas reuniões, ao contrário, era espontânea, ou seja, nenhuma daquelas pessoas havia me convidado para participar daqueles encontros. Por isso, nos primeiros eventos que participei houve certa desconfiança em relação a minha presença. Essa desconfiança, um estranhamento de certa forma, ficou evidenciada na demora em receber a permissão para participar das reuniões, e mesmo, na maneira como fui recebida pelos atores envolvidos. Por duas ou três vezes fui deixada do lado de fora das reuniões, sendo que precisei insistir bastante para poder entrar, e o lugar que era reservado a mim, inicialmente, era

apartado dos demais participantes. Principalmente pelo fato de ter ido aos primeiros eventos, notei que não entendiam ao certo meu interesse, apesar de ter explicado por diversas vezes a finalidade acadêmica que me motivava. Observei, também, que o fato de querer participar das reuniões com temáticas diferentes não fazia muito sentido para eles, dado que as redes eram criadas de acordo com o interesse setorial em cada tema²².

Havia um discurso que orientava todos a ‘colaborarem’ com as propostas de desenvolvimento. Na abertura das reuniões sempre era enfatizado o número de voluntários que estavam participando dos projetos. Em uma dessas reuniões foram traçados os planos para a disseminação da Agenda 2020 ao público, e uma das ações era levar aos eventos públicos uma espécie de teatro, cujos personagens eram justamente a representação dos diversos membros da sociedade entendidos como os interessados e engajados no desenvolvimento do estado (o empresário, a professora, o político, o trabalhador, etc). Esse grupo era chamado de colaboradores e serviam para divulgar as idéias e as propostas pensadas pelos empresários da Agenda 2020. Esse grupo passou a ser formado por integrantes diversos, tanto da comunidade de empresários quanto dos setores públicos. A estratégia era estar presente nos eventos públicos, como expointer e feira do livro – locais onde existia grande circulação de pessoas – e apresentar o movimento, seus objetivos e suas metas.

²² Ou seja, no fórum de desenvolvimento de mercado eram convidadas pessoas que possuíam interesse nesse tema específico, em geral empresas privadas, no de responsabilidade social, gestão pública, e todos os outros, acontecia da mesma forma: eram convidadas pessoas com interesses específicos na área ou que pudessem contribuir para a construção e efetivação das propostas.



Fotografia2 – A Agenda 2020 na feira do livro: personagens da sociedade. Fonte: da pesquisadora.

Por isso, só passei a ser aceita como uma participante legítima nos encontros quando fui inquirida naquela reunião, na empresa Gerdau, sobre os motivos que me levaram a freqüentar o movimento, e, principalmente, sobre a possibilidade de me tornar um de seus ‘colaboradores’. Tive algumas impressões a respeito do modo como fui recebida nas reuniões do movimento, retornarei a elas mais adiante, mas inicialmente posso dizer que a primeira impressão foi a de que individualmente as pessoas desconfiavam de mim e de qual uso faria do material produzido por eles naquelas reuniões.

Durante àquela inquirição, todavia, deixei claro que minha presença ali era restrita à finalidade acadêmica e que o material reunido serviria apenas a essa finalidade. Deixei claro, também, que dificilmente me tornaria uma espécie de mediadora entre a Agenda e a universidade, isto é, que não me tornaria uma ‘colaboradora’ do movimento empresarial. Após essa reunião, mesmo assim, passei a ser informada de todos os eventos da Agenda 2020. O modo como passei a ser tratada melhorou, passei a disponibilizar de um lugar junto aos demais e a ser

convidada, inclusive, para os almoços informais organizados pelos participantes do movimento.

4.2 Redes de reciprocidade e estratégias de ação em projetos de políticas de desenvolvimento regional

Diferente das reuniões temáticas (fóruns da Agenda 2020), os eventos públicos eram, ou melhor, são destinados a divulgar para os vários setores sociais os programas de desenvolvimento pensados pelos empresários. Os almoços que acontecem na Federasul, por exemplo, reúnem pessoas interessadas no desenvolvimento, mas nem todas têm participação direta na formulação das propostas, como diretores de empresas, jornalistas, pessoas vinculadas a instituições sociais, entre outras.

Esses eventos são importantes para compreender os argumentos e as matrizes de referência a partir das quais os empresários constroem o conjunto de conceitos que os orienta no processo de consolidação de seus projetos de desenvolvimento. Levando em consideração, nesse sentido, que na esfera pública, principalmente quando vinculada ao mundo da política, a retórica, ou melhor, o discurso, é mais proeminente do que a ação de fato, as diversas reuniões públicas ajudam a evidenciar a matriz cognitiva mobilizada pelos atores envolvidos nos programas.

No almoço da Federasul, 'Tá na mesa', em que palestrou o vice-governador do estado, por exemplo, são comentados os princípios orientadores do desenvolvimento que este, à época, pretendia sustentar dentro do governo, bem como o que entendia por desenvolvimento. Nessa palestra, Paulo Afonso Feijó afirma que

minha atuação no governo será de agregar valor na melhoria do serviço público. Pretendo passar minha experiência como empresário para que voltemos a ser competitivos em nível nacional e com isso retomar o caminho do desenvolvimento (Reunião/almoço Tá na Mesa, 13/06/06).

Na seqüência do evento, o atual vice-governador afirma que o Rio Grande do Sul deve voltar a crescer mais que o Brasil e para tanto deve ampliar os investimentos. Novamente ele afirma que “o Estado deve prover segurança, justiça, saúde e educação, para isso, deve ser fundamental que o meio empresarial participe do governo e ele será um canal para receber as reivindicações” (Reunião/almoço Tá na Mesa, 13/06/06). Na saudação do convidado, o presidente da Federasul, José Paulo Dornelles Cairoli, também deixa clara a matriz cognitiva que orienta as ações a favor do desenvolvimento, e enfatiza ser fundamental o Rio Grande do Sul ser gerido como uma empresa.

Apesar das reuniões ocorrerem sempre nas diversas instituições de classe que representam os atores em questão (Fecomécio, Federasul, ONG Pólo RS, Farsul, Fiergs, e outras), ou em empresas, pude perceber que os vínculos extrapolam os limites burocráticos e profissionais possivelmente pressupostos nesses ambientes, ou melhor, apesar de as relações de inter-dependência entre as pessoas serem acionadas dentro de contextos formais, institucionalmente sancionados, foi possível vislumbrar que os vínculos vão além da caracterização meramente profissional. O próprio esforço para o crescimento do movimento empresarial faz com que as pessoas envolvidas recorram a conhecidos, amigos ou parentes para aumentar a rede de influência no Rio Grande do Sul. De modo que, através das entrevistas, do acompanhamento das ações dos empresários e do trabalho desenvolvido nas reuniões do movimento, observei que para estruturar e encaminhar as políticas de desenvolvimento é necessário recorrer à maior quantidade possível de pessoas que possam favorecer de alguma maneira os projetos empresariais ou oferecer apoio, legitimidade, ao movimento. Muitas dessas pessoas são oriundas dos círculos de conhecimento previamente existente entre as lideranças empresariais, pressupondo realmente que as relações estabelecidas num contexto estão sendo utilizadas noutra.

Na literatura que versa sobre o tema de políticas públicas, sobretudo de política oficial (estatal), existe uma prática corrente em relegar ao segundo plano esse tipo de relação social. Segundo Bezerra (1999), parece existir um pressuposto entre os

autores que tratam de temas relacionados a política, de que ela (a política) se faz exclusiva, ou predominantemente, através dos canais e instituições oficiais do sistema político (partido, eleições, Congresso). Para o autor “ao se atribuir um caráter funcional a essas relações, como a de suprimir falhas, minimiza-se o que parece ser um de seus aspectos sociológicos importantes, ou seja, o seu caráter estruturante de relações sociais” (1999, p. 16). Acrescentaria que as relações de interdependência estabelecidas entre os agentes nos vários espaços de convivência social, assim como a transposição de vínculos de um lugar a outro, possui um caráter estruturante das próprias instituições sociais como um todo, inclusive as instituições públicas.

Pode-se ilustrar isso na maneira como houve a incorporação de um promotor de justiça no fórum de Cidadania e Responsabilidade social da Agenda 2020. Inicialmente, é necessário tecer alguns comentários a respeito da incorporação dessa pessoa ao movimento empresarial. A participação de Rodrigo Schoeller foi importante para os empresários porque vem permitindo que as propostas referentes à responsabilidade social das empresas e ao gerenciamento das receitas recebidas por entidades sociais beneficentes estejam sendo incorporadas ao judiciário e transformadas em demandas de justiça, além de permitir a incorporação de um órgão relevante para o êxito das propostas de desenvolvimento que é a promotoria pública.

A responsabilidade social foi uma das demandas dos fóruns de desenvolvimento da Agenda 2020, um dos fóruns mais organizados e o que acionou primeiro as propostas pensadas nas reuniões temáticas.

Segundo membro do movimento empresarial em entrevista,

os recursos recebidos por entidades sociais e beneficentes necessitam de melhor aplicação nas ações sociais. A Agenda 2020 propõe conhecer e identificar a atuação destas entidades para ampliar os beneficiários finais através de cooperação e parcerias. (Ruga, 2007)

A demanda por responsabilidade social está atrelada, sob determinados aspectos, às reformas no âmbito do capitalismo mundial, na medida em que a defesa da diminuição do papel do Estado na oferta de serviços básicos à população vem associada à sua substituição, no que se refere a esses serviços, pelas empresas. Por isso, aliada à pregação pela responsabilidade social, realizada pelos empresários, aparece a reivindicação exacerbada pela diminuição e até eliminação da maior parte da carga tributária que atinge as empresas²³.

Apesar da coerência em integrar ao movimento empresarial uma pessoa que atua na promotoria pública, a participação do promotor de justiça atesta, sobretudo, a importância que os vínculos sociais adquirem no contexto de estruturação dos projetos de políticas públicas empresariais, uma vez que Rodrigo somente passou a participar das reuniões da Agenda quando convidado pelo diretor de responsabilidade social da FIERGS. De acordo com entrevista, o promotor de justiça é filho de um velho amigo desse diretor. Nas reuniões que passou a participar o promotor mostrou-se entusiasmado em levar o projeto à sua região do estado. Conforme o relato do diretor de responsabilidade social da FIERGS, numa conversa informal que tivemos em um dos encontros de empresários:

o Rodrigo é um rapaz muito inteligente, se formou em direito muito cedo e logo entrou pra promotoria, trará muitas contribuições para os fóruns de Cidadania. Eu sou muito amigo do pai dele, nos conhecemos já a muitos anos. Tenho certeza que sua entrada será pra somar. (Benhard, 2007)

A participação do promotor de justiça nas reuniões da Agenda 2020 demonstra, ainda, uma das estratégias acionadas pelo movimento empresarial. De acordo com integrante do movimento, em entrevista,

²³ A reivindicação pela diminuição da carga tributária está presente em vários projetos elaborados pelos empresários. Pela lógica do funcionamento do aparato estatal, a carga tributária serve como a arrecadação que se reverte em benefícios sociais, em forma de prestação de serviços básicos à população, tais como, educação, saúde, infra-estrutura, etc. Tendo como prioridade a diminuição considerável dos impostos, e até mesmo a eliminação de boa parte deles, é coerente, para os empresários, que tentem estruturar uma política social, de cunho privado, para minimizar os efeitos inerentes provocados pela economia capitalista.

é necessário mobilizar a maior parte possível da sociedade a favor do desenvolvimento e que exista uma convergência de interesses, ou, uma convergência política para que haja o êxito da Agenda. (Nascimento, 2006)

Várias vezes as palavras convergência, homogeneização, e harmonização aparecem na fala dos entrevistados e nas etnografias realizadas. O que segue é um esquema apresentado no documento 'Mapa Estratégico da Sociedade Gaúcha' elaborado pela Agenda 2020.

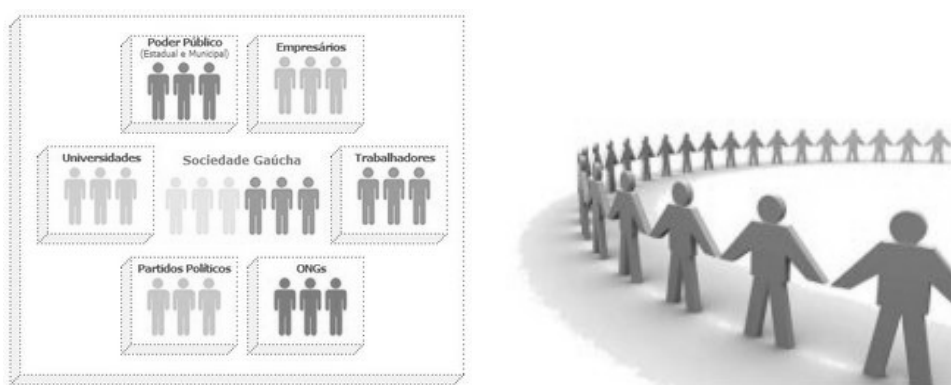


Figura 2 – Sociedade convergente apresentado no documento Mapa Estratégico
Fonte: Arquivo da Agenda 2020.

Observa-se na ilustração à direita a representação de pessoas de mãos dadas simbolizando a união em torno de um objetivo, que seria o desenvolvimento social do estado através da dinamização da economia. À direita um quadro hierárquico em que empresários e poder público aparecem no topo, subentendendo que essas esferas de ação são as mais importantes para àquele objetivo traçado pelo movimento empresarial. Efetivamente, o que observei ao longo da pesquisa é a construção progressiva de uma teia institucional formada a partir do movimento, assim como a relevância dos quadros empresariais e políticos no processo de construção dos projetos de políticas de desenvolvimento. Não obstante as utilizações teóricas no

presente trabalho do conceito de rede social, portanto, os próprios agentes, no processo empírico de construção das referidas políticas, apresentam a rede como uma premissa de ação, além de um método de trabalho.

Foi preciso, no entanto, diferenciar o uso de rede feito pelos agentes em estudo daquele realizado por mim. Sobre esse aspecto, foi possível distinguir dois tipos de relações prescritas no cenário em análise, ou melhor, dois movimentos que vem ocorrendo em torno das discussões de políticas públicas. Por um lado, há a existência prévia de redes de reciprocidade entre empresários, através das quais pessoas do próprio círculo de relacionamento daqueles agentes têm sido incorporadas. Por outro, existe a formação de redes através da incorporação de pessoas de outros segmentos sociais ao movimento empresarial. A distinção que pode ser estabelecida é entre a rede de relações sociais – que persiste através do tempo – e os conjuntos-de-ação – que emerge num contexto específico para desempenhar uma tarefa específica.

Uma das caracterizações do conjuntos-de-ação realizada por Mayer (1987), é a de as relações ativadas basearem-se numa variedade de critérios. O estudo do autor demonstra que o conjunto-de-ação pode conter inúmeras relações, diferentes conexões, e, que pode não persistir enquanto entidade após terminar o propósito para o qual foi formado (eleições, movimento social, entre outros), ou, ao contrário, podendo se transformar em entidades permanentes.

Quanto ao primeiro tipo de relação observada, existiam momentos, nas reuniões que participei, que eram dedicados apenas a levantar nomes de pessoas conhecidas que pudessem vir a se tornar possíveis colaboradoras do movimento empresarial. Numa dessas reuniões um dos participantes dos fóruns da Agenda 2020 afirma que

precisamos levantar nomes, inclusive nome de pessoas das embrionárias relações que nós temos, pois vai ser a partir desses contatos que conseguiremos não só ampliar, mas também enraizar nosso projeto de sociedade no estado do RS. Então, não temos que recear em pedir apoio e colaboração a um antigo amigo de uma instituição importante. Paulo Tigre da FIERGS (presidente dessa

entidade), por exemplo, se formou comigo, e foi graças a ele que conseguimos ampliar nossa rede de colaboradores. (Benhard, 2007)

Essa passagem de duas maneiras é ilustrativa daquilo que estou analisando. Primeiro, porque demonstra que existe um projeto particular de desenvolvimento regional, isto é, certa concepção a respeito da atividade econômica e política que perfaz toda a ação empresarial. Ao afirmar que conseguirão, através da mobilização de pessoas de seu círculo de relações, ampliar e mesmo enraizar o “seu” projeto de sociedade no estado do RS fica evidenciado que o “seu” projeto de sociedade significa hegemonizar algo pensado por um grupo específico. E, segundo, porque essa passagem permite observar como os agentes sociais ao transpor a clausura que os constituem enquanto um grupo organizado e segmentado o fazem baseados nas relações pessoais que possuem fora do ambiente formal em que se encontram. Quando o entrevistado afirma “precisamos levantar nomes, inclusive de pessoas das embrionárias relações que nós temos”, está salientando a importância que essas redes de contatos prévios assumem no contexto de elaboração dessas propostas.

Por isso, recorrer a amigos, parentes, colegas de profissão é um recurso eficiente e oferece a base para que sejam construídas as políticas de desenvolvimento que vem sendo elaboradas para o RS. Em praticamente todas as reuniões, como já enfatizado acima, as pessoas presentes levantavam nomes de suas relações que pudessem participar e colaborar com o movimento empresarial. Paulo Tigre, que se “formou com o entrevistado”, é uma evidência da importância que essa trama de relações prévias assume no contexto de sustentação e mobilização de recursos humanos para a elaboração e para a tentativa de “enraizamento” do projeto de desenvolvimento econômico pensado pelos empresários. Ao longo do trabalho de campo, Paulo Tigre realmente apareceu como um ator significativo na estruturação das propostas de desenvolvimento, pois transitava em vários núcleos. Ele é membro da Pólo-RS e diretor da FIERGS. Engenheiro, foi por intermédio dele que pessoas associadas à Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (Sergs) passaram a participar dos fóruns temáticos da Agenda 2020, principalmente àqueles destinados a projetos de infra-estrutura. Em junho de 2006, Paulo Tigre esteve encarregado de

apresentar a Agenda ao órgão representativo dos profissionais em engenharia. A partir daquela data os membros da SERGS passaram a participar, e, sobretudo, a prestar assessoria técnica aos empresários no que diz respeito aos programas de infraestrutura e tecnologia para o estado.

A mobilização de pessoas de suas ligações primárias, isto é, a existência prévia dessas ligações, vem proporcionando meios para que o movimento empresarial se amplie e adquira legitimação. No entanto, para além das redes já existentes que ligam empresários de diferentes setores, estes vêm tentando ampliar a gama de relações, ultrapassando as redes que os ligam e os constituem enquanto grupo que compartilha uma visão de mundo comum. Apesar de existir um grupo estável identificado com a coordenação do movimento, e haver a ampliação das redes com base nas ligações prévias dos agentes estudados, aos poucos foram sendo incorporadas pessoas de outros segmentos que não exclusivamente empresariais.

Nesse sentido, os próprios empresários enxergam o aumento de participantes nas ações do movimento como um meio eficaz para que seus projetos de desenvolvimento ganhem abrangência. Por isso, os empresários apresentam a formação de redes, a partir de um núcleo formado pela convergência de posições na esfera política e econômica, como uma estratégia a ser acionada na tentativa de concretizar e inserir na agenda pública projetos ou políticas públicas de desenvolvimento econômico. A ampliação de contatos como estratégia usada pelos empresários é percebida no esforço empreendido por eles para incorporar cada vez mais pessoas ao movimento, ainda que essa incorporação ocorra de forma pouco negociada. A esse respeito é possível afirmar que existe certo pragmatismo através do qual a busca de recursos e legitimação para as suas ações oferece um meio necessário e eficiente para a concretização do movimento empresarial.

Dentro da lógica que perpassa a ação dos empresários é coerente que, para eles, a incorporação de pessoas de “fora” de seu círculo de amizade e conhecimento

aconteça de maneira controlada. A experiência etnográfica mostrou-me, sobretudo, que existia uma demanda pelo aumento de pessoas, principalmente, ligadas a órgãos relevantes, públicos ou privados, mas que essa demanda, no entanto, era criada e controlada pelos próprios empresários. O estranhamento relatado no início do capítulo pôde ser percebido inversamente, pois não fui somente eu que me deparei com uma realidade, ou com pessoas, estranhas. Percebi que elas, as pessoas que estavam presentes naquela reunião na Gerdau, ou seja, os empresários e pessoas ligadas ao mundo empresarial, também desconfiavam da minha presença naquele lugar, que eu também, para eles, era alheia àquele mundo.

Aumentar a base de relacionamentos, criar redes de interesse para efetivar políticas públicas de desenvolvimento econômico, apesar disso, tem sido uma ação constante realizada pelos atores pesquisados. A tentativa de transpor os limites setoriais de interesses exclusivos aparece, portanto, realmente como estratégia acionada pelos empresários para obterem êxito em seus projetos de desenvolvimento. Quanto mais pessoas o grupo de empresários conseguir mobilizar, maior a base de apoio para atingir seus objetivos.

Desde o início do movimento empresarial houve um aumento progressivo das redes de relacionamento em torno da referida temática. Essas redes formam-se a medida que vão aumentando as demandas por novas propostas de desenvolvimento. Como veremos a seguir, para cada projeto pensado e posto em ação é necessário que haja cada vez mais a incorporação de pessoas de outros segmentos, que não exclusivamente empresariais.

A busca da “convergência de interesses”, e, conseqüentemente, a “formação de redes em torno de interesses comuns para o andamento da economia gaúcha”, não está presente apenas na fala e na ação dos empresários. Na palestra realizada na Federasul, o então presidente da Assembléia Legislativa, afirmou que esse também é o propósito do governo, apesar das disputas inerentes ao campo. Segundo o parlamentar, existe, ou na sua fala existia, um cenário de dissociação de interesses

políticos no RS, o que prejudicava o andamento econômico do estado. Para ele, hoje não existe mais essa dissociação. “Eu brigava com o PT e o PT brigava comigo e o Estado é quem saía perdendo. Agora partimos para a convergência e o RS é quem está saindo vencedor”, afirmou em palestra na Federasul. Em discurso inflamado, o presidente da Assembléia Legislativa afirma

conclamo a todos que detêm poder na esfera pública e na esfera privada, nas cidades e nos campos a construir um grande fórum, para definir e articular instrumentos de pressão para alcançar a harmonização entre os poderes, a conscientização de homens e mulheres da necessidade de adotar o planejamento familiar, a preservação do meio ambiente e as reformas necessárias para o crescimento do estado”. (Antunes, ‘Tá’ na Mesa, Federasul, 2007)

Em Pelotas, houve a realização de uma Audiência Pública realizada pela Assembléia Legislativa do RS, também para discutir os rumos do desenvolvimento do estado. Ali estiveram presentes grande parte dos parlamentares estaduais, o poder executivo de Pelotas e Rio Grande, empresários, a Associação dos Engenheiros Agrônomos, Caixa Econômica Federal, e, também estiveram presentes representantes de associações trabalhistas. As discussões giraram em torno dos projetos de florestamento para a metade sul e houve a apresentação de programas de viabilidade do projeto na região – estudo realizado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos, programas de financiamento da Caixa Econômica, entre outras. Uma das tônicas da Audiência foi a crítica aos ecologistas, ou àqueles que defendem causas ambientais, que, segundo a relato de um dos parlamentares ali presentes

se reúnem para conspirar contra o mercado, contra os direitos e as liberdades individuais e contra o progresso das regiões, em nome da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. (Audiência Pública, 2006)

Novamente a busca da convergência de interesses dominou as falas dos parlamentares e dos empresários. Contudo, a presença de representantes de entidades trabalhistas na audiência trouxe uma atmosfera diferenciada daquela existente nos demais eventos que havia participado até o momento. Até então, a

harmonização e a convergência realmente existiam, pois, tanto nos fóruns temáticos organizados pela Agenda 2020 quanto nas reuniões almoço ou nos seminários e encontros públicos, estavam presentes pessoas que tinham interesse em um modelo de desenvolvimento social pautado no desenvolvimento econômico, digamos empresarial.

A disposição das falas já foi alvo de desacordo entre os diferentes setores que estavam presentes na Audiência. Os primeiros a falar e apresentar propostas para o desenvolvimento foram os representantes da associação de engenheiros, os parlamentares, o prefeito da cidade de Pelotas e representantes da Caixa-RS e do BRDE – esses apresentando as linhas de crédito oferecidas àqueles que entram na atividade florestal. Todos em sua explanação apresentaram uma visão absolutamente positiva da cadeia produtiva iniciada com o florestamento.

Os últimos, e com um tempo bem reduzido, foram os grupos de oposição àquele modelo de desenvolvimento para a metade sul apresentado pelos parlamentares, empresários e engenheiros. Houve um questionamento sobre a oferta de empregos, e uma crítica contundente ao modelo, que segundo uma das pessoas que representava as associações trabalhistas, beneficia apenas os grandes empresários donos das fábricas de celulose como a Aracruz celulose, Votorantin e outras. As falas dos opositores foram rigidamente controladas pelos organizadores da Audiência, sendo, inclusive, interrompidas, o que gerou grande desagrado do público que acompanhava as associações sindicais.

O coordenador da mesa pediu que os representantes dessas entidades se detivessem apenas nos aspectos técnicos do desenvolvimento florestal e que deixassem de lado as questões políticas. Todavia, as vozes de oposição continuaram, dessa vez afirmando que a defesa dos projetos apresentados naquela audiência estava sendo feita por pessoas pagas pela Votorantin para defender e legitimar o projeto de florestamento para a metade sul do estado, citando, inclusive, dados da justiça eleitoral em que várias empresas de celulose aparecem na lista de financiadoras de campanha eleitoral de muitos deputados que estavam ali presentes.

Já é sabido que a contribuição para campanhas eleitorais é uma das maneiras pelas quais os empresários intervêm na escolha dos indivíduos que participam na tomada de decisões. No Brasil, as entidades de classe e as entidades sindicais são proibidas de oferecer contribuições de campanha para partidos políticos ou candidatos a cargos eletivos. Por essa razão, as contribuições de campanha são um instrumento disponível para os empresários em base individual, assim como para suas empresas²⁴.

Na Audiência, ataques também foram feitos ao caráter anti-ecológico desses programas de desenvolvimento, cujas indústrias (de papel) são altamente poluentes pois despejam na natureza resíduos tóxicos. Também à inadequação da madeira proveniente do florestamento para a indústria moveleira, indústria essa que poderia revitalizar a economia da metade sul do estado através da geração de emprego e renda

Leila Fetter, deputada estadual pelo Partido Progressista-PP, que sentava a minha frente, demonstrou publicamente desagrado pela participação de setores de oposição na Audiência. A parlamentar organizou uma vaia aos que falavam contra o desenvolvimento florestal, sendo apoiada pelos demais parlamentares e pelos empresários ali presentes.

Nesse evento, destinado à discussão de programas de desenvolvimento para RS, é interessante observar que existe, de certa forma, uma resistência por parte das pessoas envolvidas nos projetos de desenvolvimento à participação de grupo de 'oposição'. Nesta Audiência Pública, cujo fundamento é a participação de amplos setores sociais para debater questões de interesse público subentende-se que, apesar do grande apelo feito pelas pessoas envolvidas nos programas de desenvolvimento, a 'harmonização' de interesses, bem como a convergência das ações não é algo pretendido e esperado por todos.

²⁴ A questão das contribuições de campanha, de acordo com Mancuso (2006), ainda é pouco estudada no país, apesar da grande relevância do tema. A escassez de trabalhos sobre a matéria no Brasil, segundo o autor, está associada à pobreza dos dados disponíveis, por existir uma convicção generalizada de que as informações prestadas pelos partidos políticos aos tribunais eleitorais são pouco confiáveis.

Em entrevista, um dos empresários que compõe a Agenda 2020 comentou sobre essa oposição e a maneira como é encarada pelo movimento empresarial

existe um mapa, e o ponto mínimo é de convergência. A nós não interessa, por exemplo, saber se o CPERGS tem uma estratégia de luta armada, se ele é marxista, entende. Embora ele não participe do processo porque ele não abre mão dessa estratégia. Ele não quer sentar à mesa com o empresário porque ele quer luta armada, ele quer desconstruir o sistema. Essa é a visão, uma visão mais a esquerda desse pessoal. Mas a nós não interessa se eles são de esquerda ou de direita. *O que nós temos é uma pauta mínima, e se interessa a eles essa pauta mínima então eles vêm pra cá para nós trabalharmos juntos.* (Machado, 2007)

A passagem permite vislumbrar que os conjuntos-de-ação que vem sendo criados em torno do movimento empresarial, em especial a Agenda 2020, são seletivos, ou seja, são formados pela aproximação de interesses num tipo de desenvolvimento econômico e social específico. É importante oferecer um esclarecimento a esse respeito, pois discutir os modos pelos quais agentes sociais mobilizam pessoas próximas de seus círculos de relacionamento, ou então pessoas que ofereçam algum tipo de recurso (seja ele material ou simbólico) ao movimento não expressa um juízo de valor acerca das condutas examinadas, mas, somente pretende oferecer uma inteligibilidade as mesmas. Demonstrar a importância dessas redes de contatos pessoais, portanto, não tem o sentido de acusação ou denúncia.

A partir dessa perspectiva analítica pôde-se constatar que estender o movimento empresarial a outros segmentos é uma estratégia válida para os agentes sociais envolvidos no contexto de estruturação das referidas políticas. Isso fica evidente na frequência com que pessoas ligadas ao governo, tanto do executivo quanto do legislativo, de ONGs, em especial àquelas ligadas à assistência social, associações, universidades, dentre outras instituições são convidadas a participar das reuniões da Agenda 2020. É, justamente, no momento de mobilização dessas pessoas que são visualizados os conjuntos-de-ação criados em torno de um objetivo específico, neste

caso o desenvolvimento econômico do estado através de amplas políticas de caráter social e político.

Prezado(a) Senhor(a),

O projeto **Agenda 2020 - O Rio Grande que Queremos** é uma iniciativa da sociedade gaúcha integrada por diversos segmentos - empresários, trabalhadores, estudantes, ongs, universidades - cujo objetivo é a construção conjunta de um futuro mais próspero para a sociedade e a economia riograndense.

A Agenda 2020 está constituída por 11 Fóruns Temáticos entre os quais o **Fórum de Cidadania e Responsabilidade Social**. Nesse sentido o referido Fórum vem desenvolvendo um projeto denominado **Mapa Social do Rio Grande do Sul** cujo objetivo é identificar e conhecer o universo de organizações que atuam nas diferentes temáticas de responsabilidade social.

Nesse sentido, seria de extrema valia contar com a sua participação como liderança na construção deste projeto da Agenda 2020.

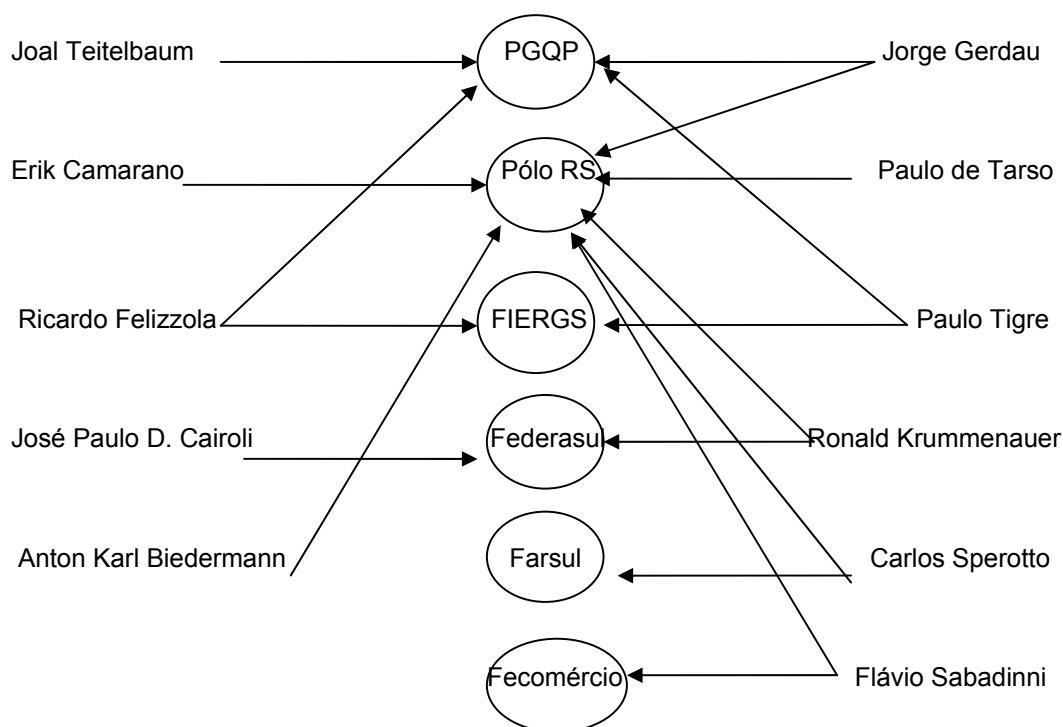
Atenciosamente,

Agenda 2020.

Carta 1 – Convite enviado às instituições para participar da Agenda 2020. Fonte: Arquivos da Agenda 2020.

Foram nas reuniões da Agenda 2020, fóruns temáticos na nomenclatura do movimento, que pude ter contato mais aproximado com as pessoas que tem passado a integrar o movimento empresarial. Dentre as estratégias de ação, como exposto anteriormente, está, justamente, o esforço dos empresários em se aproximar dos agentes do governo estadual, e aos demais setores, tais como universidades, associações profissionais, e outras. Nelas consegui mapear, com maior precisão, àqueles conjuntos-de-ação.

O esquema a seguir, apresenta os atores que tiverem uma grande incidência nos fóruns temáticos para elaboração de projetos para o desenvolvimento. O esquema mostra ainda os vínculos institucionais desses agentes. A partir do esquema, a seguir, montado com dados provenientes do trabalho de campo, nota-se que os atores relevantes para a construção dos programas transitam entre os mesmos núcleos representativos.



Esquema 2 – Agentes relevantes na construção de Política de Desenvolvimento Econômico e seus vínculos institucionais. Fonte: da pesquisadora

Na construção de um referencial de desenvolvimento Paulo de Tarso Pinheiro Machado e Jorge Gerdau são agentes muito relevantes para a consolidação do projeto no estado. O primeiro é economista e principal articulador da Agenda 2020, esteve presente em quase todos os fóruns temáticos de desenvolvimento e foi recentemente eleito presidente da ONG de empresários Pólo-RS. Jorge Gerdau, um empresário relevante no cenário econômico no estado, também aparece como um agente importante na mobilização desse referencial, além de membro da ONG de empresários, é presidente do PGQP-RS e possui vínculos com setores relevantes do governo estadual.

Ao longo da pesquisa pode notar que algumas instituições aparecem com frequência em diferentes programas para o desenvolvimento. A empresa Gerdau, novamente, participa da quase totalidade das ações de desenvolvimento, pois possui

representantes em boa parte dos fóruns temáticos organizados pela Agenda 2020, no Programa Gaúcho da Qualidade Total (PGQP), participação nas diversas reuniões realizadas na Federasul, bem como nas Audiências Públicas promovidas pela Assembléia Legislativa. Pessoas vinculadas à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) também apareceram com frequência, é o caso de Paulo Tigre, presidente dessa entidade, como citado anteriormente, Paulo Renné Benhard e Ricardo Felizolla; à Federação das associações comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) como José Paulo Cairoli e Ronald Krummenauer; da Farsul, Carlos Sperotto; da Federação comercial (Fecomercio), Flavio Sabadinni. Todas essas pessoas participaram freqüentemente de vários encontros que acompanhei e mostraram-se articuladores significativos das propostas de desenvolvimento empresariais.

Não obstante a existência de um núcleo representado por pessoas vinculadas a entidades empresariais, como exposto anteriormente, notei que aos poucos a estratégia de incorporar cada vez mais pessoas ao movimento vinha acontecendo de fato, pois, aos poucos foi se ampliando o número de participantes na Agenda 2020. O esquema três mostra justamente o aumento de participantes no movimento empresarial.

Fóruns Instituições	Des. Regional	Inovação & Tec.	Gestão Pública	Infra- Estrutura	Des. de Mercado	Educação	Cidadania e Resp. Social
	FAMURS	Câmaras Setoriais	Câmaras Setoriais	Câmaras Setoriais	CICS	Gov. do Estado/SEC	Grupo RBS
	Fecomércio	FEE	Fecomércio	Conselho de Engenharia	Instituto Gerdau	Assoc. Circ. de pais e mestres	Instituto Gerdau
	Coredes	Caixa Econômica	Aclame	Copelmi	Coester automação	CIEE	Fund. dos Bancos Sociais
	Banrisul	Copesul	Instituto Gerdau	Copesul	FAMURS	Consulplan	FIERGS
		BRDE	PGQP	AGCR		AESUFOPE	Parceiros Voluntários
		Copelmi		Gov. Estado / CEEE		FUNDATEC	Promotoria Pública
		Coester Automação		Banrisul		FEEVALE	SECJDR
		Instituto Gerdau		SINDUSCON		SENAR	
		CIENTEC		SERGS		SENAI	

Esquema 3 – Instituições participantes dos Fóruns Temáticos em 2006/ 2007. Fonte: da Pesquisadora.

Nota-se, no quadro composto pelas instituições em que as pessoas convidadas a participar da Agenda 2020 possuem vínculos, uma grande incidência de órgãos do estado, de grupos empresariais e instituições de ensino e pesquisas tecnológicas. Entre elas estão a FAMURS (Federação das Associações de Município); o COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento); diversas secretarias do estado como a Secretaria de Educação, de Justiça e Desenvolvimento Social, e outras; a Promotoria Pública; instituições de serviços do estado como a CEEE e Banrisul; a Cientec (Fundação de Ciência e Tecnologia); o CIEE (Centro de Integração Ensino-Empresa), grupos empresariais como Copesul (indústria de matéria-prima do pólo petroquímico), Copelmi (indústria de mineração); Grupo RBS; Coester Automação entre outros.

Ao longo da presente pesquisa observei que estender a rede de contatos significa, para os empresários da Agenda 2020, um aumento de poder, por isso o conjunto de contatos por eles estabelecidos é cuidadosamente cultivado. As alianças estabelecidas com pessoas dessas instituições, entretanto, possuem um caráter mais fluído, daquelas observadas anteriormente. Estas são alianças temporárias e, muito embora algumas possam vir a se tornar permanentes, não possuem a mesma natureza dos vínculos firmados pelos empresários em suas redes de amigos. Estas coalizões, contudo, desempenham uma parte importante nas atividades políticas e econômicas que têm sido acionadas para compor políticas públicas de desenvolvimento regional.

Os casos do programa de modernização do sistema da previdência social, do sistema de registros da junta comercial (JUCERGS), assim como das ações concernentes à educação são elucidativos dos conjuntos-de-ação que se estruturam a partir da elaboração e encaminhamento dos projetos desenvolvidos. Esses, para serem elaborados, ou encaminhados ao setor público, necessitaram da mobilização de uma rede que vinculou segmentos do governo executivo aos diversos empresários e a demais órgãos privados.

Quanto ao programa de modernização da Junta Comercial, existiu inicialmente o projeto²⁵, elaborado pelo movimento empresarial, cujas metas foram apresentadas ao secretário estadual de Planejamento e Gestão, Ariosto Culau. O projeto inicialmente foi discutido na Câmara Setorial de Finanças e Gestão Pública e posteriormente apresentado na 41ª reunião do PGQP. Erik Camarano foi o articulador da proposta da Agenda 2020 com o governo. Na ocasião reuniram-se empresários representantes do movimento empresarial, parlamentares ligados ao Pacto pelo Rio

²⁵ A Junta Comercial é o órgão que registra os atos mercantis e guarda documentos referentes a essa atividade, exercendo assim uma ação disciplinadora dos usos e práticas mercantis. É a partir desse órgão também que são previstos o deferimento de processos de Requerimento de Empresário (antiga firma individual). Esse processo, uma vez encaminhado via internet, vem sendo deferido, desde janeiro de 2008, em 24 horas, conforme contrato de gestão. O projeto de modernização da Junta Comercial pretende informatizar e assim viabilizar a consulta da documentação empresarial arquivada. O projeto de modernização da Previdência Social visa, entre outras coisas, diminuir o gasto do estado com previdência. No projeto original da Agenda 2020, é proposta a desvinculação entre previdência e estado e a criação de uma previdência complementar pública gerida pelos próprios servidores.

Grande e membros do poder executivo. Posteriormente, os empresários da Agenda 2020 se reuniram com a governadora Yeda Crusius, no Palácio Piratini, ficando acordado entre eles uma comunicação mais forte entre as redes do governo do estado e dos empresários, para conferir maior agilidade aos projetos do movimento empresarial, entre eles o da modernização da Junta Comercial.



Fotografia 3 – Reunião de apresentação da Agenda 2020 para o governo executivo do Estado do RS. Fonte: Arquivos da Pólo-RS

No encontro, Ariosto Culau afirmou que “as coisas estão sendo feitas exatamente no mesmo caminho e tudo que está nos programas estruturantes do governo do estado faz parte da Agenda 2020” (Informação verbal). De acordo com o secretário serão aproveitadas as estruturas das federações empresariais, Senai, Sebrae, Senac, sindicatos, associações, ONGs, universidades e de secretarias de estado, autarquias e órgãos do governo “para a transmissão e discussão dos projetos empresariais para o desenvolvimento do futuro do Rio Grande do Sul”. Nos encontros

que participei percebi que realmente estavam sendo utilizadas, para o agenciamento das políticas de desenvolvimento, as estruturas das entidades empresariais.

Com a estruturação dos programas relacionados à educação novamente se pode mapear os conjuntos-de-ação que se criam em torno da Agenda 2020. As propostas de educação repetem a generalidade já bastante enfatizada pelos governos, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual, cujas propostas são a ‘garantia de uma educação básica de qualidade para todas as crianças e jovens’. Os conteúdos de muitos projetos da Agenda 2020, à exceção dos pontos de interesse imediato, e de fácil operacionalização, se resumem a expectativas sociais em geral contempladas genericamente em vários projetos partidários de governo, tais como mais energia, melhores estradas, portos modernos, educação de qualidade para todos e mais investimento público em educação, saúde e segurança.

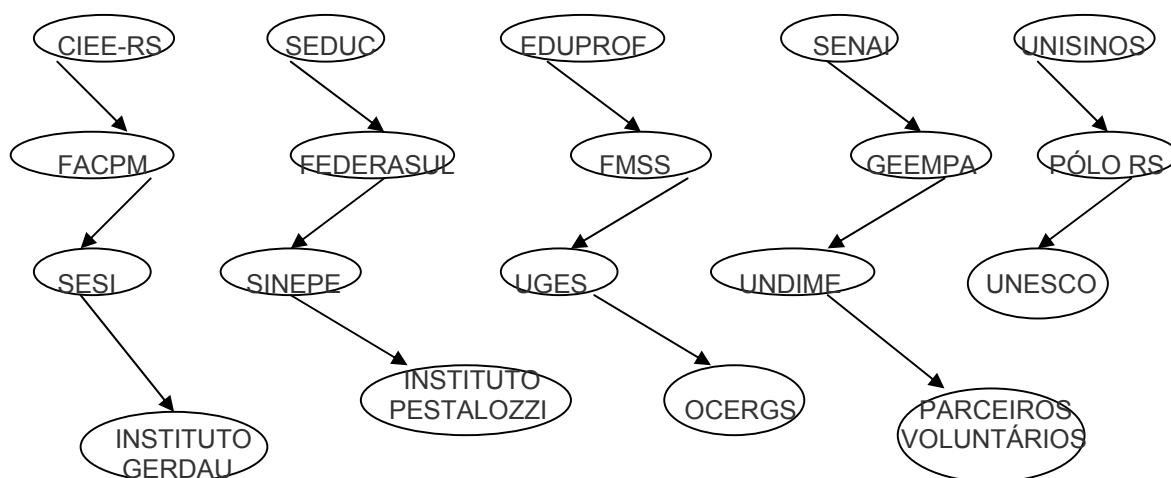
Todavia, chama atenção nos projetos relevantes de ação educacional a existência de uma proposta sobre educação pensada a partir do fórum de ‘desenvolvimento de mercado’. O objetivo, segundo a referida proposta de política para a educação, é propor condições favoráveis a educação direcionada ao empreendedorismo, pois, de acordo com dados estatísticos apresentados pelo movimento, “a taxa de mortalidade de empresas no Brasil revela que 49,9% das empresas encerram as atividades com até 2 anos de existência”.

Ações Previstas:

- a) Mapear instituições que possuem competências na área de empreendedorismo: Sistema FIERGS, Sebrae, UCS, Junior Achievement, UFRGS, PUCRS, entre outras
- b) Sensibilizar os docentes para as práticas empreendedoras
- c) Multiplicar o método para os docentes
- d) Disseminar o método para as instituições
- e) Acompanhar, monitorar e avaliar o método aplicado
- f) Buscar recursos financeiros para viabilizar as ações
- g) Criar o Prêmio Empreendedorismo na Escola
- h) Chancelar, por meio do Projeto Educar para Empreender, ações empreendedoras já consolidadas na sociedade
- i) Divulgar os critérios de viabilidade das linhas de financiamento
- j) Formar alianças com entidades financiadoras em termos estadual, nacional e internacional
- l) Articular com as instituições da rede de ensino estadual, municipal e privada, ações que resultem em agregar a temática empreendedorismo no Projeto Político Pedagógico e nos regimentos escolares
- m) Fomentar junto às instituições representativas de viabilizar formas de acesso ao crédito mais compatível com a realidade do empreendedor

Figura 3 – Projeto Educar para empreender. Fonte: Agenda 2020

Até a finalização dessa pesquisa nenhuma proposta na área da educação havia sido concretizada. Mas, a participação nas reuniões destinadas a debater propostas para a educação me permitiu enxergar novamente a rede que vincula empresários entre si e a pessoas do governo. Para integrar o fórum de educação da Agenda 2020 foram convidadas várias instituições, como veremos no gráfico a seguir. Mas, nas reuniões do movimento foi verificado que participavam aquelas pessoas estratégicas, para os empresários, na possível consolidação dos projetos na área, cuja competência recai na disseminação do empreendedorismo nas escolas.



Esquema 3 – Instituições convidadas para participar dos fóruns de Educação da Agenda 2020

Nas reuniões que acompanhei sobre o tema, o representante do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE-RS), por exemplo, foi visivelmente atuante, pois em todos os encontros ele propunha idéias para a operacionalização do projeto na área. Ele foi convidado pelos organizadores do movimento a integrar o fórum em 2006. Desde lá vem mantendo contato com o ex-diretor executivo da Pólo RS, Ronald Krummenauer, em função da discussão e possível viabilização daqueles projetos. Esses contatos puderam ser observados naquelas reuniões. Segundo relato do ex-presidente da ONG Pólo-RS, o representante do CIEE-RS é um agente essencial na multiplicação das idéias da Agenda 2020

A partir da apresentação da Agenda 2020 no CIEE-RS e da entrada de Claudio Bins no movimento, este passa a ser um multiplicador das nossas idéias, podendo levar o trabalho adiante e assim envolver mais segmentos da sociedade nos locais em que atua. (Pinheiro, 2007)

O entrevistado, ao afirmar que Claudio Bins passa a ser ‘um multiplicador de nossas idéias’, remete novamente a algo construído por um grupo particular com a intenção de ser estendido ao restante da sociedade. Apesar da participação formal nos fóruns de educação de grande parte de representantes das instituições

apresentadas no quadro anterior, não eram todos que interagiam com os empresários através da exposição de idéias para compor os projetos encaminhados ao governo.

Em março deste ano foi criado, pelo governo executivo, o ‘Comitê Estadual de Gestão do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação²⁶’. Mapeando as pessoas que estiveram presentes nesse evento pude observar que eram praticamente as mesmas que vinham participando das reuniões do movimento empresarial. Entre essas pessoas estavam Mariza Abreu, atual presidente da secretaria de educação do estado (SEDUC) e ex-secretária do fórum de educação da Agenda 2020, algumas pessoas ligadas ao governo, as quais não consegui identificar, e vários integrantes do movimento empresarial, como Ronald Krummenauer e Paulo de Tarso Pinheiro Machado (Pólo-RS) – estes foram empossados, naquele encontro, conselheiros do comitê de educação. Na cerimônia de inauguração identifiquei, também, representantes de algumas empresas como, novamente, a Gerdau e do Grupo RBS.

Ao iniciar o evento um dos que compunham a mesa de coordenação deu ênfase ao fato de haver representatividade naquela reunião de vários segmentos sociais, segundo ele

vários setores da sociedade gaúcha também estarão representados no grupo, por meio das associações de empresários, do Instituto Gerdau e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE-RS) além da Agenda 2020 (Krummenauer, 2008)).

Nota-se que na fala há uma identificação entre ‘diversos setores da sociedade’ com associações e grupos ligados a economia de mercado. A figura 2, vista no início desse capítulo, traduz em parte essa identificação, pois apresenta as pessoas ligadas ao poder público e aos setores empresariais como as mais importantes na mobilização e viabilização de um projeto de desenvolvimento regional uma vez que são postas na ilustração no topo de uma hierarquia. Os grupos citados pelo entrevistado são

²⁶ Esse evento foi realizado na Praça de Eventos Professor Luiz Quartieri Filho da secretaria da Educação no Centro Administrativo de Porto Alegre.

praticamente os mesmos que integram o movimento empresarial da Agenda 2020. E, sendo grande parte das pessoas convidadas a participar do movimento empresarial oriundas de órgãos vinculados ao estado, foi possível presumir que os conjuntos-de-ação estejam sendo criados a partir da tentativa de inserção dos projetos empresariais na agenda pública.

Cabe registrar alguns comentários em relação a participação de pessoas oriundas dos órgãos públicos nos programas estruturantes de desenvolvimento regional. Pois, a participação dessas pessoas se mostrou, muitas vezes, problemática do ponto de vista dos interesses em jogo.

O governo eleito para o executivo estadual em 2006 foi, certamente, importante para a afirmação do movimento empresarial no estado. O fato de a configuração de forças partidária ter incorporado um membro do setor nos quadros eleitorais favoreceu a interlocução dos empresários com os agentes governamentais. Paulo Feijó, atual vice-governador, foi um agente importante nesse diálogo, assim como outros agentes vinculados à economia de mercado gaúcha que foram sendo incorporados nos organismos de estado ao longo do governo de Yeda Crusius.

Todavia, a aproximação entre setores empresariais e os agentes do governo muitas vezes foi geradora de conflitos, pois em alguns encontros ficaram bem demarcados os diferentes interesses pelos quais empresários e políticos levantavam a bandeira do desenvolvimento do estado. Os interesses eleitorais, ou melhor, eleitoreiros, inerente à política representativa, foi um dos fatores desencadeadores dos conflitos. Medidas reivindicadas pelos empresários, em geral de caráter liberalizante, também eram barradas pela burocracia do Estado. Nesse sentido, concordando com Deleuze e Parnet (1987), o espaço da política pode ser visto como um espaço de experimentação ativa, de agenciamentos, no qual não se pode pré-delinear o caminho.

Os recursos financeiros públicos destinados aos programas sociais e pleiteados pela Agenda 2020 foram mais de uma vez alvos de conflitos entre empresários e

representantes governamentais. Em uma dessas reuniões chegou a haver uma discussão entre o assessor da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social, Hermílio Santos e Paulo Renné Benhardt da FIERGS. Esse último acusava o governo do estado de fazer propaganda política das ações sociais feitas pelo governo. A discussão aqueceu com Hermílio defendendo o governo e afirmando possuir pouco espaço naquela reunião para expor suas idéias, e com Benhardt afirmando que as verbas destinadas pelo estado à assistência social eram poucas.

Realmente, o espaço aberto para o diálogo com pessoas do setor público (diretamente ligadas aos governos executivo e legislativo) muitas vezes era pequeno. Apesar da ênfase dada na mobilização e participação de amplos setores sociais na Agenda 2020, a maior parte do tempo, e, embora estivessem presentes, na maioria dos encontros, pessoas ligadas ao governo, tanto do executivo quanto do legislativo, eram apresentadas as propostas de ação dos empresários e as falas eram dominadas por eles.

Havia uma dubiedade quanto a esse fator, pois nos discursos realizados nas diversas audiências e reuniões públicas os interesses entre governo e grupos empresariais eram bem afinados. Até mesmo nas entrevistas, a maior parte dos entrevistados afirmou que a oposição entre interesses do governo e interesses dos empresários é coisa do passado. No entanto, dois ou três entrevistados, queixaram-se em entrevista, de encontrarem pouco espaço para atuarem dentro do governo, um deles afirma que

deve haver, sim, uma relação de confiança entre o governo e o empresariado (ou seja, a sociedade civil). Só assim se dará o diálogo. Queremos fazer um grupo de trabalho com o governo. Mas, infelizmente não é isso o que acontece. Por exemplo, as Câmaras Setoriais, que deveria ser um espaço de participação da sociedade, tem um espaço pequeno de diálogo conosco. Hoje, temos o Erik Camarano, que é um excelente interlocutor entre os empresários e o governo. Mas deveríamos ter mais espaço. (Ruga, 2007)

Erik Camarano se mostrou um agente importante na interlocução entre governo e os movimentos pelo desenvolvimento. Recentemente, houve um encontro promovido por ele, no Centro Administrativo do Estado, para apresentação da Agenda 2020 a um professor de Stanford, James Fishkin, o que demonstra que apesar de ocupar um cargo de governo continua atuante nos programas de desenvolvimento empresariais. Erik Camarano faz parte ainda da diretoria da ACLAME (Associação da Classe Média que entre as principais reivindicações estão a diminuição de impostos).

Uma preocupação muito grande dos atores ligados à Agenda 2020²⁷, nesse sentido, era a de fortalecer o “não-governamental”, ou seja, fortalecer os empresários e suas propostas. A ação empresarial, desse ponto de vista, pôde ser algumas vezes percebida no momento em que eram feitas as escolhas dos indivíduos que participam na tomada de decisões do setor público. Uma maneira de intervir nesta escolha foi atuar junto aos partidos políticos quando estes definiram os candidatos que lançaram às eleições para os cargos do executivo e do legislativo, foi o caso da indicação de Paulo Feijó para ocupar a função de vice-governador. Mas, também, essa intervenção pode ser vista, de maneira mais substancial no período de recolhimento dos dados empíricos, nos contatos estabelecidos com pessoas do setor público no decorrer do mandato eleitoral do atual governo executivo. Nessas ocasiões, o empresariado pode indicar pessoas saídas do seu próprio meio ou pessoas que apoiassem e oferecessem respaldo a seus interesses particulares.

Por isso, várias pessoas ligadas aos setores empresariais eram indicadas a cargos de governo. Erik Camarano, antigo consultor da Pólo-RS, foi uma dessas pessoas. Além dele, Arthur Lorentz, que, durante o período de pesquisa de campo, coordenava as propostas de energia do fórum de Infra-Estrutura da Agenda 2020, fora

²⁷ Outra preocupação, principalmente dos dirigentes do movimento, era em não cindir as propostas e os programas de desenvolvimento, pois muitas vezes um projeto criado pelos empresários era muito semelhante a outro projeto criado por alguma secretaria do governo executivo ou do legislativo. São o caso do programa ‘Rumos 2015’ elaborado pela gestão executiva anterior, ‘O Rio Grande que Queremos’ elaborado pelos deputados estaduais, todos com um conteúdo muito próximo ao da Agenda 2020. A tentativa realizada pelos empresários de sobrepor-se aos demais programas de desenvolvimento iniciados pela esfera governamental foi uma constante ao longo da investigação.

indicado para integrar a Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo do estado, Edson Goulart para Secretário de Segurança Pública que atuara no fórum do Ambiente Institucional e Ronei Ferrigolo, consultor da FEDERASUL, indicado por essa entidade para ocupar o cargo de presidente da Procergs, todos eles passaram a fazer parte do governo executivo na gestão de Yeda Crusius²⁸.

Segundo integrante do movimento empresarial em entrevista,

o alinhamento de projetos permite que esses secretários, assim como outros importantes nomes do primeiro escalão como Mariza Abreu, da Educação, Aod Cunha do Planejamento e Daniel Andrade da Infra-Estrutura, que já atuavam na Agenda na condição de secretários, continuem colaborando com o movimento. (Machado, 2007)

A proximidade de pessoas ligadas ao campo econômico no estado com pessoas do governo executivo, traçando metas e objetivos comuns em termos de desenvolvimento econômico e social, tem sido fundamental para a consolidação do movimento empresarial no estado. Tudo leva a crer que a indicação de nomes a cargos de governo, feita pelos empresários, está atrelada aos mesmos conjunto-de-ação formados a partir da Agenda 2020. Assim, existe o esforço, verificado nas falas dos atores, em não cindir as propostas de desenvolvimento econômico para o estado, mas essa aproximação já se realiza de forma inerente, pois é somente o contato, a articulação, os vínculos sociais entre os agentes sociais que vem permitindo a objetivação das ações de desenvolvimento. Os dados reunidos nessa pesquisa, assim, permitiram a confirmação de uma das hipóteses a partir da qual foi estruturado o presente trabalho: que existe atualmente uma coalizão de interesses políticos e econômicos, outrora inexistente, entre os segmentos empresariais no estado do Rio Grande do Sul, para a qual a configuração governamental no estado, tanto no executivo quanto no legislativo, tem ajudado para a objetivação de tais interesses.

²⁸ A ocupação de cargos no governo executivo é transitória, provavelmente grande parte dessas pessoas já tenham se retirado, ou sido retiradas, das funções para as quais foram nomeadas.



Fotografia 4 – Yeda Crusius palestrando em um dos fóruns temáticos da Agenda 2020. Fonte: Arquivos da Pólo-RS

Analisando a bibliografia disponível vemos que a convergência e a aproximação de interesses contradizem as relações historicamente vividas no Rio Grande do Sul entre diferentes setores produtivos e entre certos setores e o governo. A identidade fortemente demarcada entre os diferentes setores produtivos dificultava a aproximação entre eles. A rivalidade entre setores, muitas vezes, se convertia na falta de representatividade de determinados ramos da atividade econômica nos governos. Enquanto a economia do Rio Grande do Sul era dinamizada pelo setor primário eram os empresários desse segmento que conseguiam dialogar e fazer a inserção de suas demandas nos órgãos do governo.

A partir do estudo realizado por Heidrich (2000), citado no segundo capítulo da presente dissertação, foi vislumbrado como os grupos ligados a pecuária estancieira e a lavoura empresarial mobilizavam o argumento regionalista baseado na tradição para marcar sua identidade e se diferenciar dos demais setores produtivos. O esforço para definir essa identidade, muitas vezes, permitiu que esse grupo recorresse à memória, isto é, às representações ligadas a tradição rural do estado.

Os grandes e médios agricultores ligados à lavoura moderna também procuraram, ao longo de sua constituição enquanto setor produtivo, definir uma imagem através da qual seus interesses políticos e econômicos pudessem ser reivindicados. A identificação da moderna agricultura de grãos como interesse econômico do Rio Grande do Sul, além de fundamentar-se na memória da origem 'colonial' da agricultura gaúcha, "também apresenta a fundação do atual ciclo, da agricultura moderna e de exportação, através de atos heróicos e corajosos, associados a uma luta pela construção de cooperativismo, bem ao modo da construção de um bem simbólico". (Heidrich, 2000 p. 167)

O esforço realizado por setores empresariais, tanto da indústria quanto do comércio, em se opor ao setor primário, tentando divulgar enfaticamente a industrialização como único meio viável de ascensão da economia gaúcha, também sugere a existência de uma segmentariedade que reúne os agentes envolvidos nessas atividades.

Esses antagonismos, todavia, foram verificados no período de industrialização intensa no Rio Grande do Sul, a partir da década de 70 até meados da década de 90. Um dos fatores para esse antagonismo, segundo Heidrich (2000), era a atribuição, feita pelos empresários locais para estagnação da economia gaúcha, à sustentação da economia local pelo setor primário. A delimitação no tempo dessa oposição é importante, uma vez que uma das hipóteses da presente pesquisa foi a de que hoje não há oposição direta entre os vários segmentos que vêm acionando medidas de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, mas sim uma convergência de interesses entre os setores econômicos envolvidos. Por isso, apesar da tipologia apresentada acima, a investigação mostrou a superação das fronteiras estáveis que estruturam historicamente os grupos sociais. As ações captadas através de um padrão de interdependência entre os diversos segmentos e agentes sociais permitiram, nessa ótica, transpor as fronteiras segmentais.

Assiste-se, sobremaneira, na esfera de ação do empresariado, uma multiplicidade de encaminhamentos que ultrapassam os interesses setoriais imediatos. Vemos surgir, também, no cenário em questão, diversas propostas de desenvolvimento que transcendem as vias do interesse econômico de fato e passam a compreender também propostas de interesse social e político. A construção de políticas de desenvolvimento regional, a partir da mobilização e tentativa de “enraizamento” de um referencial, passa ser possível somente a partir da ampliação, ou melhor, da incorporação de outras demandas no conjunto de soluções propostas para o enfrentamento do déficit econômico no Rio Grande do Sul²⁹. Ao incorporar demandas como a cidadania e responsabilidade social, como a educação, como a inovação tecnológica, os empresários que vem se articulando entorno da Agenda 2020 vêem-se diante da necessidade de incorporar pessoas de outros segmentos ao movimento.

É possível compreender, a partir das considerações realizadas anteriormente, o processo decisório, no que compete a políticas de desenvolvimento, sendo instituído através da interação entre atores oriundos da esfera pública e privada. Vê-se as demandas de políticas para o RS sendo criadas por atores que transcendem o esfera pública (estatal). É pertinente, no entanto, delimitar o cenário vislumbrado, uma vez que o campo que compreende uma e outra (esfera pública e privada) é muito amplo. Nesse sentido, as autoridades governamentais que tem interagido na composição das políticas de desenvolvimento são identificadas com o governo executivo eleito em 2006. A proposta de governo, em especial ao que se refere a políticas voltadas ao enfrentamento das dificuldades econômicas, converge com as demandas na área realizadas pelos grupos privados. Esses grupos privados, por sua vez, são aqueles identificados pelo núcleo que compõem o movimento empresarial da Agenda 2020.

²⁹ Se, outrora as relações do empresariado se restringiam aos agentes políticos, ou seja, as ações se voltavam quase que exclusivamente ao aparato administrativo de governo, agora, vemos um alargamento das relações desse grupo com outros setores, e, principalmente a incorporação desses nas propostas de desenvolvimento.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo oferecer inteligibilidade as práticas que estruturam as políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar buscou descentralizar as práticas políticas inserindo-as no seu contexto de produção. Ao analisar a gênese das políticas de desenvolvimento, nesse sentido, foi possível perceber que as decisões do setor público são perpassadas por demandas oriundas das esferas privadas. Dessa forma, apesar de grande parte dos projetos originados na Agenda 2020 ainda não terem sido encaminhados ao governo, é possível vislumbrar que é na articulação entre agentes governamentais e empresários que as políticas do setor tem ganho respaldo.

Foram focalizadas as relações criadas em torno do movimento empresarial da Agenda 2020 que destina a maior parte de suas funções a propor projetos de desenvolvimento para o estado. Em meio a vários programas de estruturação de políticas de desenvolvimento regional, no momento da pesquisa de campo, foi a Agenda 2020 que surgiu como o cenário mais relevante na elaboração de políticas de desenvolvimento. Outros programas com pretensões estruturantes, citados na introdução do trabalho, como o Pacto pelo Rio Grande, não se mostraram relevantes no período de investigação dos dados empíricos. Foram os vínculos institucionais, principalmente com a ONG Pólo-RS que permitiu observar o estreitamento dos laços entre empresários de diferentes setores.

Nesse contexto, foram consideradas as práticas de reciprocidade entre os diferentes agentes sociais como fundamentais para a estruturação das referidas políticas. Essas práticas ensejadas tornam-se a condição para o desenrolar do movimento empresarial, e, sobretudo, do êxito dos programas acionados pelos atores que o compõem. A existência de uma determinada concepção de desenvolvimento – e às categorias que ela engloba como gestão empresarial das instituições, mais infraestrutura de transporte de carga e de energia para a indústria, entre outras – tem oferecido o viés a partir do qual tem se reunido categorias sociais.

Foi possível perceber que o conjunto de propostas elencadas pelo movimento empresarial ganham articulação dentro desta concepção específica de desenvolvimento e que, apesar de ultrapassar o critério exclusivamente econômico (propostas relacionadas à educação, à responsabilidade social e ao meio ambiente), é o interesse mútuo num tipo de desenvolvimento calcado na racionalidade econômica que reúne as pessoas. A partir desse interesse – entendido em acordo com a propositura de Max Weber (1984), segundo a qual o interesse das pessoas, ao lado do direito, da convenção e do costume, opera como uma garantia de continuidade de uma determinada conduta consensual – foram visualizadas relações de interdependência entre os agentes sociais.

Foi possível ao longo da pesquisa empírica diferenciar os vínculos que runiram os atores em torno da construção de políticas de desenvolvimento. Ao realizar essa diferenciação o objetivo foi de discriminar entre aquelas relações que estão incluídas nas estruturas delimitadas de grupos ou categorias, tais como àquelas firmadas pelos empresários entre si, e as relações que derivam da teia continuamente ramificada das conexões realizadas com o objetivo específico de conseguir apoio e legitimidade aos projetos de desenvolvimento.

No decorrer da pesquisa através da identificação das pessoas que coordenavam, e assim ofereciam o núcleo de onde partiam as demandas de políticas públicas, foi possível enxergar que o projeto de desenvolvimento econômico do estado, via implementação de amplas políticas sociais, estava sendo acionado por atores cuja posição social convergia e que a incorporação de outros segmentos ocorria de acordo com os recursos disponíveis por esses atores para ajudar na concretização do referido projeto. Por esse ângulo, as relações sociais estabelecidas com autoridades governamentais e com outros grupos (ou pessoas) privados ofereceram um lugar significativo para que as demandas dos empresários pudessem ser atendidas.

Por um lado, houve um adensamento, ou alargamento dos contatos dos empresários entre si. Foi possível ver que pessoas ligadas a diferentes atividades econômicas no estado, tanto de setores da indústria e do comércio quanto setores da agro-pecuária, ou da agro-indústria, vinham estreitando laços sociais para conseguir estruturar um programa comum de desenvolvimento para o estado. Por outro lado, o aumento da rede foi oferecido pela incorporação de pessoas de outras áreas, que não exclusivamente as empresariais.

Esse alargamento da base de relacionamentos, fundamentais a estruturação das políticas de desenvolvimento, foi também observado acontecendo com pessoas ligadas a cargos de governo, tanto executivo quanto legislativo. Dentre a trama de relações utilizadas como base de sustentação aos programas de desenvolvimento estavam as ligações entre os empresários da Agenda 2020 e os políticos, esses, no geral, ofereceram respaldo aos encaminhamentos daquele segmento. Os próprios atores que ocupavam cargos de governo, muitas vezes, eram eles mesmos, saídos dos meios empresariais. A breve retomada histórica realizada no segundo capítulo da presente dissertação permitiu observar que, ao longo do desenvolvimento econômico do país, as relações entre esses segmentos foram uma constante. Mudaram as maneiras de mediar suas demandas e assim o modo de estabelecer contatos com pessoas do setor público, ora aconteciam através de laços clientelísticos, ora por meio de entidades corporativas ou através das federações, mas as intermediações entre um setor e outro sempre aconteceram, não sendo um novo fator no conjunto das ações dos grupos de empresários.

O presente trabalho não teve a pretensão de exaurir o tema, nem apresentar um padrão atual de mediação entre agentes governamentais e atores privados (nesse caso empresários). O objetivo do trabalho foi apenas, através do material empírico disponível, oferecer subsídios para pensar o atual processo de produção de políticas sociais no estado acontecendo a partir das práticas acionadas por um segmento social específico, cujos recursos materiais e simbólicos permitem que os agentes sociais

tentem hegemonizar seu projeto social para o estado através de um viés produtivista, ou empresarial. Dentre os recursos materiais disponíveis está justamente o capital econômico reunido pelos atores, demonstrado pela ligação existente com as grandes empresas existentes no estado. Dentre os simbólicos, está a possibilidade de estender a rede de contatos sociais que possuem e mobilizar órgãos do governo a favor de suas demandas através desses mesmos contatos. Tanto um quanto o outro, além de estarem possibilitando a articulação de empresários em torno de projetos sociais para o desenvolvimento econômico do estado, tem permitindo, que esses atores acionem novas estratégias para legitimação desses programas, como a de incorporar demandas sociais e novos segmentos ao conjunto de suas propostas.

REFERENCIAIS

BARNES, J. A. **Redes sociais e processo político**. In: **A antropologia das sociedades contemporâneas**. Org. Bela Fieldman-Bianco. SP: Global, 1987 pp. 127-215.

BEZERRA, M. O. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. RJ: Relume-Dumará. ANPOCS, 1995.

_____. **Em Nome das bases: política, favor e dependência pessoal**. RJ: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da política, 1999.

BOISSEVAIN, Jeremy. **Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões**. In: **A antropologia das sociedades contemporâneas**. Org. Bela Fieldman- Bianco. SP: Global, 1987 pp. 127-215.

CANO, Wilson. **Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais nos países subdesenvolvidos: reflexões sobre o caso brasileiro**. Campinas: UNICAMP; Instituto de Economia, 1989.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. **Empresariado e Estado na transição brasileira: Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

DELEUSE, Guilles; Parnet, Clair. **Dialogues**. Paris: Flammarion, 1977.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Os Estabelecidos e Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

Gros, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAYER, Adrian C. **A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas**. In: **A antropologia das sociedades contemporâneas**. Org. Bela Fieldman-Bianco. SP: Global, 1987 pp. 127-215.

MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais, poder e intermediação de interesses nas políticas públicas brasileiras**. In: XXVIII Encontro da Anpocs - Seminário Temático Processo decisório e implementação de políticas públicas no Brasil: novos tempos, novas perspectivas de análise, 2004.

MULLER, Pierre. In FAURE, Alain, Pollet, Guilles, Warin. **La construction du sens dans lês politiques publiques**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

_____ ; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Coleção Desenvolvimento social. 2ª. ed. Pelotas, Rio Grande do Sul: EDUCAT, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

WOLF, Eric. **Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas**. In: Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (orgs) **Antropologia e Poder**. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome do entrevistado:

Endereço:

Município de origem:

Município em que reside:

1) Instituição / entidade a que está vinculado:

2) Posição que ocupa:

3) Atua nos projetos de desenvolvimento econômico para a metade sul do RS? De que forma?

4) Poderia fazer uma avaliação do atual momento da economia gaúcha?

5) Quais as metas de desenvolvimento para a metade sul?

6) Como estão sendo implantadas essas metas?

7) Quais as principais pessoas que atuam nos programas de desenvolvimento (conseguiria eleger pessoas estratégicas que atuam nesses planos)?

8) Possui relacionamento pessoal com alguma delas (parentesco, amizade, etc.?)

9) Qual sua relação com essas pessoas e com outras entidades participantes dos programas de desenvolvimento?

10) O contato com essas pessoas costuma ocorrer em que ocasião?

11) Como se estabelece o diálogo entre:

- FEDERASUL e a Assembléia Legislativa

- FEDERASUL e a ONG “Pacto RS”

- ONG “Pacto RS” e Assembléia Legislativa

- Com demais entidades FIERGS, BRDE, Universidades, Associações trabalhistas, e outras

12) Existem encontros presenciais (reuniões, eventos, e outros) entre os representantes dessas entidades? Em quais ocasiões?

14) Existe alguma disparidade de interesse, no que se refere ao plano de desenvolvimento econômico, entre o setor empresarial e o setor político?

15) Em sua opinião, qual o novo quadro econômico que deve ser estabelecido para mudar a realidade econômica da metade sul?

**ANEXO A - Lista de Convidados para os Fóruns de Responsabilidade Social da
Agenda 2020**

Nome	Entidade
Paulo Rene Bernhard	Coordenador do Banco Social da FIERGS
Rita Patussi	Coord. Formação da Parceiros Voluntários
Adriana Izabel Hack	Parceiros Voluntários
Alceu Terra Nascimento	Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho
Alexsander Ramos de Camargo	Fundação Thiago Gonzaga
Aracy Maria da Silva Ledo	Presidente da Federação das APAES do Estado do RS
Carlos Schütz	Senar
Carmem Maria Pinent Tigre	Banco Social da FIERGS
Cecelia Grimberg	Senac Comunidade
Cenira Capelli	Terapeuta
Clódis Xavier	Gerente do Instituto Gerdau
Daniel Tevah	Diretor Lojas Tevah
Denise Leonhardt	Presidente da Associação Cristã Feminina
Diza Gonzaga	Presidente da Fundação Thiago Gonzaga
Edison Chaves	Presidente da Associação Cristã de Moços
Fátima Bisparo	Força Sindical
Guilherme Guaragna	Braskem
Gildon Milmann	Presidente da Sociedade Humanitária Pe. Cacique
Hamilton Romanato Ribeiro	Consultor Técnico Presidência REFAP
Hermilo Santos	Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social
Humberto Ruga	Unidos S.A Parceiros Voluntários
Irany Bernardes de Souza	CEDICA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente)
Itamar Carlinhos Grochot	Chefe da Manutenção da Santa Casa
Jair Kievel	Diretor do Instituto Nestor de Paula
Jorge Luiz Buneder	Banco Social da FIERGS
José Alfredo Nahas	Parceiros Voluntários
José Antonio Voltan Adamoli	Coredes
José Paulo Soares Martins	Instituto Gerdau
José Sperb Sanseverino	Provedor Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Leo Voigt	Coord. Do Programa Infância e Juventude Protegida
Lorena G. Latuada	Vice-Presidente Casa do Menino Jesus de Praga
Luiz Augusto Gemeli	Presidente FADERS-Fund. Atend. Defic. E Superdotado RS
Luiz Vicente Dutra	L D Consultores
Márcio Mostardeiro	Coord. de Responsabilidade Social Mauricio Sirotsky Sobrinho
Margaret Tse	mtse@terra.com.br
Marli Medeiros	Presidente do Centro Educacional da Vila Pinto
Marlova Noletto	Coord.Geral Área Programática/Responsabilidade Social-UNESCO
Milena Quadros	UFRGS
Nelson José Grasselli	coredes
Patricia Navaux	FCDL
Paulo Afonso Frizzo	coredes
Paulo Kopschina	Presidente Simprofar
Rose Linck	Projeto Pescar
Rubens Hemp	Laboratório Weinmann Ltda
Sérgio Inácio Luce	Parceiros Voluntários
Sérgio Kaminski	Serki Fundações LTDA.
Tania Carvalhal	Professora UFRGS

ANEXO B – Apresentação dos Objetivos do Fórum de educação da Agenda 2020



O QUE QUEREMOS

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO

Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da educação profissional

COMO FAZER?

Criar parcerias entre as mantenedoras de Educação Profissional e os setores produtivos. Ampliar os investimentos em todas as redes de Educação Profissional e criar política de acompanhamento e avaliação.

O QUE O RIO GRANDE GANHA COM ISSO?

Ganha pessoas qualificadas para darem suporte aos processos produtivos, com capacidade de utilizarem e produzirem novos conhecimentos e novas tecnologias tornando nossa economia mais competitiva.

SE NÃO FIZER O QUE ACONTECE?

O crescimento econômico do Estado terá maiores dificuldades, as empresas terão menor produtividade e não encontrarão pessoas capacitadas para contratar, necessitando fazerem maiores investimentos na qualificação de sua força de trabalho ou buscar mão-de-obra fora do estado ou da região onde se instalam, e os pequenos negócios continuarão tendo altos índices de insucesso.

VOCÊ SABIA QUE?

No RS tem empresas de alta tecnologia para exportação onde 50% dos empregados são técnicos de nível médio?

A Educação Profissional não tem recursos públicos assegurados para sua oferta e qualificação?

Quem quiser fazer um curso técnico pode procurar informações?

Tem alguns cursos técnicos onde todos os alunos saem da escola empregados?

Tem empresas se instalando em nosso estado que tiveram que procurar profissionais em outros estados por falta de pessoas capacitadas.

PROBLEMA/OPORTUNIDADE

A economia aberta e competitiva exige serviços e produtos com qualidade e preços competitivos necessitando de tecnologia e pessoas qualificadas.

POR QUÊ?

Se não tivermos pessoas com competências profissionais adequadas às necessidades do desenvolvimento, seja para atuarem como empregados ou empreendedores, não teremos suficiente crescimento econômico e melhoria de qualidade de vida.

DE QUEM DEPENDE?

- 1- Do governo do Estado através da ampliação e qualificação dos investimentos feitos pela Fundação Gaúcha do Trabalho no tocante aos recursos do FAT usados na "qualificação profissional", pela SUEPRO em Cursos Técnicos de Nível Médio e pela UERGS em cursos de Tecnólogos e na habilitação e capacitação de professores.
- 2- Do governo Federal através da ampliação de investimentos na rede federal de EP, na Formação de Professores, no apoio financeiro ao Estados, aos Municípios e ao segmento comunitário.
- 3- Das demais mantenedoras de Educação Profissional através da ampliação de seus investimentos especialmente dos Ss.